



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ- UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO – TURMA I**

Ana Selma de Souza

**O AUMENTO DA CRIMINALIDADE URBANA E A POLÍTICA DE
SEGURANÇA PÚBLICA: RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS**

Fortaleza - Ceará
2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ- UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO – TURMA I**

Ana Selma de Souza

**O AUMENTO DA CRIMINALIDADE URBANA E A POLÍTICA DE
SEGURANÇA PÚBLICA: RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação da UFC – Universidade Federal do Ceará e CETREDE – Centro de Treinamento e Desenvolvimento, como requisito parcial para a obtenção do Certificado de Especialização em Policiamento Comunitário.

Orientador: Geovani de Oliveira Tavares

Fortaleza - Ceará
2009

ANA SELMA DE SOUZA

**O AUMENTO DA CRIMINALIDADE URBANA E A POLÍTICA DE
SEGURANÇA PÚBLICA: RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Policiamento Comunitário, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____ / ____ / ____

Ana Selma de Souza (aluna)

Prof. Geovani de Oliveira Tavares
Orientador

Prof. (a) Celina Amália R. Galvão Lima
Coordenadora

Ao longo da elaboração deste trabalho, foram superadas etapas difíceis, por isso dedico esta a minha irmã Adriana Souza pela ajuda mútua compartilhada, o estímulo e o carinho e a todos os alunos do curso de Policiamento Comunitário (Turma I) da UFC/CETREDE. A compreensão, a motivação e a dedicação que me levou a concluir este empreendimento, ao qual me dispus como remate a mais esta etapa de estudo.

“Na esfera individual ou profissional, é importante adotar sempre uma visão objetiva. Sempre que existe clareza de objetivos, há facilidade de decidir que caminho seguir ou que decisão tomar, desde as mais simples até as mais complexas. Nunca é demais lembrar que nossas ações estão sempre sendo conduzidas por duas variáveis básicas: vontade própria ou externalidades coercitivas”.

Domingos Poubel de Castro e Leice Maria Garcia (2004; 13)

RESUMO

O propósito deste trabalho é levar a sociedade acadêmica e a todos os cidadãos que estão preocupados com as questões sociais tanto em âmbito nacional como estadual, os principais desafios enfrentados por aqueles que se encontram engajados na problemática chamada Segurança Pública.

As informações e orientações que são repassadas no dia-a-dia pelas polícias tanto federal como estadual para o combate ao crime nas suas esferas organizacionais, buscando apoio e mesclando com a insatisfação devido às precárias condições que são vividas hodiernamente pelas polícias e também pela vontade de vencer o crime. Mas tantos desafios só dão ao homem que veste a farda e sai de casa sem a certeza do seu retorno, o alívio de que mesmo sofrendo internamente, o dever de lutar por dias melhores encontra-se enraizado dentro do seu ser.

Ao cidadão é concebido o direito de ir e vir, porém com o propósito de estar sempre buscando por melhores condições de vida em seus lares, no seu trabalho, na sua rua e até mesmo ajudando a si mesmo na busca incessante por algo que ele mesmo desconhece. E, nesse ínterim passa por provações que vão além das suas forças e do seu destino. Infelizmente é esse cidadão que aglomera a sua fé na esperando por pelo ao menos um dia de paz em um setor tão castigado que é o da segurança pública.

Essa ligação de cidadão com os órgãos de segurança pública depende também do comportamento de alguns indicadores operacionais. Podemos definir como indicadores operacionais aqueles que medem a capacidade daqueles que estão na ativa, ou seja, na labuta diária com o intuito de repassar para a sociedade a segurança que todos almejam, debatendo, colhendo informações, ajudando e criando soluções para a diminuição dos índices criminais que só fazem crescer na população brasileira.

Os conceitos de policiamento comunitário, as resoluções alternativas de disputas – ADRs e as organizações não governamentais – ONGs – na administração desse problema social – segurança pública – vem levantando questionamentos que antes eram esquecidos por camadas sociais mais favorecidas.

Infelizmente, a violência e o crime chegaram ao “asfalto” causando o medo que antes era sentindo apenas por aqueles que viviam em regiões desvalorizadas economicamente. E foi com esse alastramento - crime e violência – que os governantes perceberam o quanto estava se tornando prejudicial para todos os segmentos sociais, tanto entre os jovens como entre os adultos, a ausência de segurança pública.

Palavras chaves: Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Sociedade.

ABSTRACT

The purpose of this work is to take the academic society and all citizens who are concerned with social issues in both national and state level, the main challenges faced by those who are engaged in the issue called Public Safety.

The information and guidelines that are passed on from day to day by police both federal and state governments to combat crime in their organizational spheres, seeking support and merging with the dissatisfaction due to the precarious conditions that are experienced by today's police officers and also by the will winning crime. But many challenges only give the man who wears the uniform and leave the house without the certainty of his return, the relief of suffering that even internally, the duty to fight for better days is rooted in his being.

The citizen is conceived the right to come and go, but in order to be always looking for better living conditions in their homes, at work, on your street and even helping yourself in the endless search for something that he unknown. And meanwhile undergoes trials that go beyond its forces and its destination. Unfortunately this is citizen crowding his faith in waiting for the at least one day of peace in a sector that is punished as the public safety.

This connection of citizens with public safety agencies also depends on the behavior of some operational indicators. We define operational indicators such as those that measure the ability of those who are active, ie the daily grind in order to pass on to society the security we all desire, debating, gathering information to help and provide solutions to reduce the rates crime that are growing in population.

The concepts of community policing, the alternative dispute resolution - ADR and non-governmental organizations - NGOs - in the administration of this social problem - public safety - has raised questions that were forgotten for more advantaged social groups.

Unfortunately, violence and crime have reached the "asphalt" causing the fear before was feeling just by those living in regions economically undervalued. It was with this spread - crime and violence - that the government realized how much was becoming detrimental to all social groups, both between and among young adults, the lack of public safety.

Key words: Violence, Crime, Public Safety and Society.

LISTA DE ABREVIATURAS

- » ADRs – Resolução Alternativa de Disputas
- » BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- » CIOPS – Centro Integrado de Operações de Segurança
- » IML – Instituto Médico Legal
- » IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- » ONG – Organização não Governamental
- » PEFOCE – Perícia Forense do Estado do Ceará
- » SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
- » UFC – Universidade Federal do Ceará

LISTA DE FIGURAS

- » Figura 1: Registros de crimes no Brasil, 2001, 2002, 2003. Totais e taxa por 100.000 habitantes.

- » Figura 2: Percentual de cobertura das ocorrências registradas pelas polícias civis nas unidades da federação no Brasil entre 2004 e 2005.

- » Figura 3: Tipos de Modelos de Crime

- » Figura 4: Taxas de Homicídios na população total dos países da América Latina de 1995-2005.

- » Figura 5: Tipos de Controle da Criminalidade

- » Figura 6: Estrutura dos meios utilizados nos homicídios da população total

- » Figura 7: Homicídios nas cidades mais afetadas pela violência do Ceará

- » Figura 8: Divisão da cidade de Fortaleza/2009.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
1.2 – Objetivo.....	13
1.3 – Desenvolvimento e Estrutura.....	14
1.4 – Metodologia.....	15
2. Ambiência da Sociedade Brasileira.....	17
2.1 – A sociedade e a polícia brasileira.....	19
2.2 – Criminalidade e violência, uma problemática social.....	23
2.3 – Preconceito e racismo, algo a se quebrar.....	27
3. A Violência e a Criminalidade do Estado Brasileiro.....	31
3.1 – Violência, uma análise a ser considerada.....	32
3.2 – O avanço da criminalidade e o sistema carcerário no Estado brasileiro.....	34
4. Segurança Pública, uma Questão Complexa.....	38
4.1 – Confiança e cidadania.....	40
4.2 – A respeitabilidade diante da sociedade e dos órgãos de segurança pública.....	42
4.3 – Segurança pública e polícia comunitária.....	44
5. ADR – Resolução Alternativa de Disputas – uma Política de Segurança Pública.....	47
5.1 – Resolução alternativa de disputas.....	47
5.2 – Vantagens e benefícios do uso de ARDs.....	50
6. A Política de Segurança Pública nas Metrôpoles no Combate a Criminalidade e Violência.....	52
6.1- Fortaleza, Terra da Luz e sua política de segurança pública.....	54
6.2 - Messejana, um bairro em constante crescimento.....	57
7. Conclusões.....	61
8. Referências.....	63

1 - INTRODUÇÃO

Por meio da televisão, é apresentada uma crise que está se alastrando nas principais bolsas de valores do mundo. Empresas sólidas que se encontravam no mercado há mais de um século e outras há décadas estão fechando suas portas, pedindo concordata ou sendo compradas por empresas emergentes.

Esse cenário começou a fazer parte de uma sociedade tanto urbana como rural, que está em constantes mudanças, sendo que essas são responsáveis pelas transformações diárias num contexto onde era desconhecido ao cidadão há menos de três décadas.

Segundo a Senasp (2007, p. 19), a sociedade, na atualidade, é extremamente organizada e competitiva, e funciona como determinante de comportamentos, impossibilitando o indivíduo social de alterar, sozinho, processos já existentes, o que gera tensões emocionais e conflitos.

Revoluções estão acontecendo com cada um que faz parte desta massa chamada população mesmo sendo na sua casa, no seu trabalho, na sua rua e em tantos outros lugares. Mas o que fica bem claro é que tais modificações levam cada ser a ter uma maneira de pensar diferente do outro.

Situações como pais matando seus filhos e vice-versa, era coisa de televisão ou de cinema; mocinha estuprada e morta por um maníaco, também era coisa de autores com mentes muito férteis; mães jogando seus filhos em latas de lixo e em rios era cena no mínimo, de filme de terror. Hoje, tais crimes ocorrem nas cidades e nos bairros mais pacatos onde nem se imaginava que poderia acontecer esse tipo de atrocidades.

E as pessoas assistem a esses fatos, principalmente os mais velhos, atônicos, ainda sem quererem acreditar que o mundo virou uma selva de pedra, cuja vida depende de sobrevivência diária na uma guerra urbana. É esta sociedade que trabalha para perceber o salário mínimo, que vive em comunidades, que precisa do governo no trato com a saúde, educação escolar, transportes públicos, que acorda de madrugada para ir ao seu ofício. É esta população carente que não tem garantia de sua integridade física e moral a mais prejudicada com a ausência do poder público para assegurar o seu direito constitucional de poder ir e vir com segurança.

Quem são os carcereiros, quem são os cativos? Poder-se-á dizer que, de algum modo, todos nós estamos presos. Os que estão dentro das prisões e os que estão fora delas. São livres, acaso, aqueles que são prisioneiros da necessidade, obrigados a viver para trabalhar porque não podem dar-se ao luxo de trabalhar para viver? E os prisioneiros do desespero, que não têm trabalho nem o terão, condenados a viver roubando ou fazendo milagres? E os prisioneiros do medo, acaso somos livres? E acaso não somos todos prisioneiros do medo, os de cima, os de baixo e também os do meio? Em sociedades obrigadas ao salve-se quem puder; somos prisioneiros os vigias e os vigiados, os eleitos e párias (GALEANO, 1999, p. 110).

A ausência de respeito moral (personalidade) e até físico virou banalidade e mesmo coisa de “careta”. Por exemplo, certos princípios como o respeito ao ser humano, a conduta ilibada, a cortesia e outros que faziam com que o homem pudesse ter contato com os

seus vizinhos, e que chegasse de uma festa sem ter medo de ser assaltado ou ser morto por uma bala perdida.

As cenas de violência são constantes no dia a dia, causando uma desconfiança generalizada entre as pessoas, em que cada um se isola em sua casa. Ato que antes era normal como cumprimentar o vizinho, hoje, há receio, pois ele pode ser um criminoso, ou de conduta duvidosa.

Para Odália (1985, p.8), a violência no mundo de hoje parece tão estranhada no dia a dia, que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial para se transformar numa forma de modo de ver e de viver o mundo do homem. Especialmente, do homem que vive nas grandes cidades – esses grandes aglomerados humanos que se tornam o caldo de cultura de todos os tipos de violência.

A criminalidade entrou nos lares sem bater à porta. Ela está em todos os lugares: jornais, revistas, internet, televisão, nas conversas, nas salas de aulas e nas ruas. E o cidadão se vê de mãos atadas, e sem saber a quem recorrer. O que se sabe é que se sai de casa para trabalhar ou se divertir, mas não se sabe se retornará com vida.

1.2 – Objetivo

O objetivo deste trabalho é demonstrar como utilizar as ferramentas da administração pública em prol de dias melhores para a população e assim possibilitar um desenvolvimento positivo diante da crescente onda de violência que assola todas as camadas sociais brasileiras.

A administração pública juntamente com alguns órgãos vinculados com tal setor – segurança pública - compreende a função dupla de planejamento e controle, constituindo assim um importante instrumento no processo de formulação das políticas operacionais do país.

13

Pensando nessa junção e, também diante de tantos acontecimentos causadores de insegurança, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) constatou que se faz necessário investir na prevenção da violência e da criminalidade, elencando quatro fatores numa visão ampla com o intuito de implantar e utilizar nos programas de políticas públicas, em seu planejamento e execução. São elas:

- 1) Definição do problema de coleta de dados;
- 2) Identificação das causas e fatores de risco;

3) Desenvolvimento e testes de intervenções.

Análise e avaliação da efetividade das ações preventivas contra a violência. (SENASP/MJ, curso Violência, Criminalidade e Prevenção, 2009, p. 22).

Em todos os segmentos sejam eles educacionais, sociais, de saúde e até mesmo no ambiente familiar, o ato de prevenir é melhor do que esperar acontecer algo que venha a prejudicar a sociedade como também ao indivíduo isoladamente.

São ações preventivas e não de controle que podem dar uma visão mais minuciosa daquilo que está sendo afetado e que prejudicam a todos, sejam homens ou mulheres, já que as causas são efeitos de fatos que já foram constatados, mas que não foi realizada nenhuma atitude para que o mesmo pudesse ser evitado.

1.3 – Desenvolvimento e Estrutura

O presente estudo será desenvolvido, através de pesquisa bibliográfica e está dividida em tópicos que foram observados durante as disciplinas ministradas pelo curso de Policiamento Comunitário na UFC e nas pesquisas realizadas por meio de coleta de dados para a elaboração da monografia.

Inicialmente é feito referência à sociedade e à polícia brasileira, perfazendo uma trilha da visão social diante do segmento político-social; a questão da criminalidade e violência como problemas sociais que precisam ser encarado com mais rigor; e, também, sobre o preconceito e racismo fazendo uma análise do que seja esse vínculo social e também colocando a sociedade seja na cultura, no esporte, na política e tantos outros segmentos sociais, a par daquilo que ela chama de causador da violência para muitos casos.

14

Em seguida, enfatiza-se com mais detalhes a violência e a criminalidade no Estado brasileiro, ilustrando por meio de dados estatísticos o crescimento em todo o país e também como o sistema carcerário está inserido neste contexto social. Assim como suas consequências, e como o Estado está trabalhando para a diminuição do crime e das lotações nos presídios brasileiros.

A Segurança Pública é considerada uma questão complexa, já que existe a barreira da confiança que a sociedade deposita nela, ou melhor, não consegue depositar já que a cada dia os números da violência só aumentam e não o contrário; o respeito que se possa ter

entre estes dois segmentos sociais que é a sociedade como um todo e os órgãos de segurança pública e a implantação da política pública chamada polícia comunitária.

As ADRs – resolução alternativa de disputas, mostrando o auxílio que se tem dado no tocante a solução de problemas jurídicos pautado geralmente em pequenos delitos por negociação, conciliação, facilitação, mediação e a arbitragem. As suas vantagens e benefícios para as comunidades principalmente aquelas com pouca escolaridade e financeiramente menos abastarda.

Por último, as políticas públicas na área da segurança pública nas grandes metrópoles em especial Fortaleza-CE, considerada a quinta maior capital do país. Como está a problemática nos bairros do citado município e como o governo juntamente com a prefeitura vem trabalhando para amenizar os sofrimentos que acometem toda a população fortalezense.

Em destaque, o bairro de Messejana, com os seus índices alarmantes de crimes e violência, mostrando um pouco da sua história de como o mesmo é dividido segundo dados extraídos dos órgãos que fazem parte do município.

1.4 - Metodologia

A metodologia de uma pesquisa é o planejamento necessário para que possa atingir os objetivos propostos, de acordo com o referencial teórico e com base na identificação do problema da pesquisa.

A metodologia explicita as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para a abordagem empírica do objeto, as quais devem ser articuladas ao quadro teórico adotado. Gondim (1999, p. 19).

15

A escolha do tema e do objeto de estudo se origina na preocupação da autora de contribuir com esse trabalho que estuda o Aumento da Criminalidade Urbana e a Política de Segurança Pública: Resolução Alternativa de Disputas.

O objetivo fundamental da pesquisa científica consiste na geração e aprofundamento do conhecimento sobre a realidade que nos cerca, que pode resultar na solução de graves problemas enfrentados.

Uma pesquisa científica, mesmo realizada por uma só pessoa, nunca é um empreendimento individual. A natureza coletiva da atividade de pesquisar fica

evidente quando esta é considerada como etapa do processo social de produção do conhecimento, numa perspectiva histórica. (Gondim, 2008, p. 2)

Para efetuar o estudo proposto e atingir os objetivos determinados, foi desenvolvido um processo de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, visando obter informações dos acontecimentos criminais tanto a nível internacional como nacional.

O acompanhamento da evolução dos indicadores que mede a violência e a criminalidade é realizado anualmente e mensalmente, e a previsão dos dados é embasada nos acontecimentos que vão se realizando de acordo com os fatos em cada região do país.

Cabe acrescentar, no entanto, que se por um lado observam-se deficiências nos controles para o combate ao crime e a violência, por outro se observa a criatividade e o talento dos que fazem a segurança pública quando os seus estão em perigo e a população em geral, cujo trabalho árduo merece esta contribuição para atingir com sucesso seus objetivos.

Os policiais tanto federais como estaduais são os heróis populares da vida contemporânea. Eles procuram dentro da linha de ordem social e no que está ao alcance deles, introduzirem inovações no combate a essa guerra urbana sem fim. Eles são vistos como energizadores que assumem riscos necessários em num mal que está em crescimento constante.

2. AMBIÊNCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O ambiente em que está inserido o povo brasileiro, desde os seus primórdios, já mostrava uma inquietação diante daquilo que seria o futuro desta nação. Infelizmente, as mentes colaboradoras para dar impulso ao bom desenvolvimento social e econômico não estavam presentes nos primeiros passos do descobrimento, em que o Brasil precisava para se tornar um povo forte e independente.

O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos riscos de retrocessos e das possibilidades de liberação que elas ensejam. O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em contra-revoluções sem conseguir jamais, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. (RIBEIRO, 1995, p 25-26).

Segundo Holanda (1995, p. 180), “a história jamais nos deu o exemplo de movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito”.

Uma grande nação precisa de planejamentos sejam eles econômicos, sociais, estratégicos, estruturais e tantos outros para que se tenha uma boa base sustentável e, assim, possa ser bem-sucedida.

Planejar significa olhar para frente, visualizar o futuro e o que deverá ser feito, elaborar bons planos e ajudar as pessoas a fazer as ações necessárias para melhor enfrentar os desafios do amanhã. Em outros termos, o planejamento, constitui hoje uma responsabilidade essencial em qualquer tipo de organização ou de atividade (CHIAVENATO, 2006, p. 410).

O cidadão brasileiro há algumas décadas começou a ter consciência de que era necessário sair do comodismo e exigir seus direitos de uma maneira mais democrática e livre de perseguições, apesar de que ele – cidadão - nunca quis a luta armada, o derramamento de sangue. O que ele queria e quer é que seus direitos sejam assegurados e usufruir os benefícios, ter liberdade e, só assim, exercer a cidadania plena.

Essa busca não é fácil, necessita de um conjunto de ações articuladas para se conquistar tais direitos e que também precisam ser renovados a cada dia.

Mas é preciso saber que para se ter participação social, o ser humano precisa estar esclarecido de tudo o que acontece ao seu redor. Ler, estudar, se informar o máximo possível e não apenas esperar que o poder público possa fazer algo pelas comunidades e pela sociedade em geral.

É isto que se espera da cidadania moderna, um cidadão sempre alerta e bem informado, crítico, criativo, capaz de avaliar suas condições sociais, econômicas, dimensionar sua participação histórica, reconstruir suas práticas participar decisivamente da sociedade e da economia (DEMO, 2002, p. 34).

Participação se faz com desejo de mudanças positivas, ações sociais que favoreçam a todos e não a uma minoria. No que tange ao regime adotado contemporaneamente, o que se pode esperar são melhorias para a grande população que sofre com o descaso das políticas públicas. Mas é necessário trabalhar e procurar mudar a cultura brasileira no sentido de não esperar somente pelas políticas públicas para se ter uma vida melhor.

Descrevendo o que seja políticas públicas, Oszlak e O'Donnell (1976, p. 21) classificam como sendo “um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então em torno do tema”.

Exemplos são muitos de brasileiros que conquistaram seu lugar ao sol, sem ser necessário dar uma de vítima do sistema.

Logicamente para um país emergente que a pequenos passos procura dar um padrão de vida melhor para casa cidadão, fazem-se necessárias medidas que sejam aprovadas e também desaprovadas pela massa popular. O que não se pode deixar acontecer é ficar de braços cruzados esperando que só o governo faça algo por todos.

Cada ser humano, como cidadão, precisa buscar e conseguir a conquista dos seus direitos, por meio da participação em comunidades, do conhecimento que se tem pelo diálogo, pela informação, pela mídia e tantos outros mecanismos que só com o desejo de mudanças sociais se consegue. A participação social é algo que precisa ser vivido porque só com o fortalecimento das camadas sociais em decorrência da melhoria social é que se constrói um país desenvolvido com ações positivas em todos os seguimentos, como escola, saúde, habitação, emprego para todos e segurança na cidade e nos lares.

Grandes passos já foram dados não só nacionalmente como internacionalmente. Paradigmas estão sendo quebrados e isto é bom para o crescimento mundial. Porém, o mais importante ainda está por ser quebrado, que é o eu superior (ego) egoísta, intocável, inquestionável, seja arrancado de cada ser humano que não conhece o que é viver em comunidade, compartilhar dos mesmos ideais, das mesmas lutas.

O único real poder que temos sobre a realidade é o poder que temos sobre nós mesmos. Quando começamos a mudar, a qualificar-nos, a fazer melhor nosso trabalho, a viver melhor nossas relações com nossos semelhantes, a cultivarmos mais respeito por nós e pelas missões que temos a desempenhar quando assumimos esse poder, passamos a contaminar positivamente a realidade à nossa volta e o mundo começa a mudar. Deixamos de ser vítimas impotentes à espera da boa vontade alheia, das mudanças alheias, das melhorias alheias, e passamos a trabalhar com o que temos, com o que podemos controlar, com o que efetivamente podemos melhorar: o que somos. (BALESTRERI, 2003, p. 106).

Apesar das dificuldades que se enfrenta no dia a dia, as pessoas com disposição apresentam esforços diários. Cada um – homem e mulher - juntamente com o desejo de ter um lar melhor, uma vida melhor, sem discriminação, sem preconceito, sem ódio e nem rancor nas suas almas, são capazes de conseguir vencer os obstáculos que cruzam todos os dias.

2.1 – A sociedade e a polícia brasileira.

A sociedade brasileira sempre viveu momentos difíceis, esta não é a primeira crise desse povo, apenas o que está marcada agora é a aproximação mais direta com este caos. Antes as lutas eram apenas por uma sociedade mais justas. Eram lutas trabalhistas, pela independência feminina, por direito ao voto e não por ter que lutar para ficar vivo e seguro.

19

Foi mostrada, via mídia televisiva, um dos diretores de uma emissora de televisão falando que os meios de comunicação estão sendo maltratados pela censura e que era preciso acabar com esta ideia de que precisam colocar os programas em horários adequados por causa de seus filhos, principalmente os menores de idade. Ao contrário dele – diretor - é necessário ter essa censura, porque os pais não conseguem “impor limites” aos seus filhos, e que a mídia seja via televisão, rádio, jornal e outros ajudam nesta proliferação chamada insegurança pública.

Para Luis Antônio Machado, “o sentimento de insegurança generalizada que está no centro da experiência de vida urbana na atualidade, esta perspectiva estabelece uma sequência de nexos causais entre: a) uma crise de legitimidade do Estado; b) o enfraquecimento da capacidade de controle social por parte das agências estatais, em particular; c) o esgarçamento da ordem pública, devido aos maus funcionamentos de suas ‘garantias externas’; a ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesse; e, e) a expansão e organização da criminalidade que recorre a este meio”. (Sociedade e Estado, 2004, p. 69).

Antigamente não se tinha noção de como era uma arma de fogo e nem suas características, onde encontrá-la e nem como manuseá-la, contudo, por meio destes órgãos e, outros meios, qualquer ser humano sabe onde encontrar e adquirir uma arma.

A mídia tem suas vantagens, porém também tem as suas desvantagens e a população não está preparada para ter acesso a certos conteúdos. Não que a culpa seja dela. Está longe de ser, apenas ela tem a sua contribuição.

Toda mídia trabalha sobre nós de uma forma total. Esses meios são tão intensos em suas consequências pessoais, políticas, econômicas, estéticas, psicológicas, morais, éticas e sociais que não deixam nenhuma parte de nós intocada, não afetada, inalterada. O meio é a mensagem (MCLUHAN, 1969, p. 26).

Diante desse contexto, verifica-se o quanto à segurança pública brasileira está doente e, a cada dia, está mais agravada, face ao mau funcionamento da máquina administrativa. O que esse agravamento mostra é que ela nunca – segurança pública – foi tratada como algo sério. A tendência seria o descrédito da sociedade no sistema implantado atualmente pelos órgãos que fazem parte da segurança pública.

20

A segurança é uma necessidade fundamental do homem. É tão fundamental que quando não satisfeita eleva a tensão individual e coletiva, causando não raro, a ruptura do equilíbrio do organismo ou da estabilidade social (SENASP, 2002, p. 28).

As Polícias – federais, rodoviários, militares, civis, - são os órgãos mais afetados neste emaranhado de desordem, porque elas são as bases de sustentação, ou seja, são elas que lidam diariamente com a sociedade e que sabe o que a mesma enfrenta. Para tanto são as que

mais sofrem com tal descuido, porque elas se encontram lado a lado com a sociedade, e que também fazem parte dela.

Infelizmente os governos, sejam federais ou estaduais e a sociedade chamada elite, não tinham noção do que era fazer segurança pública porque eles não se sentiam responsáveis por tal problemática devido não fazerem parte desta estatística de mortes, assaltos, sequestros diários. Hoje a ausência de segurança chegou aos seus lares – elite – e, quando isso aconteceu, a máquina administrativa percebeu o quanto a segurança pública está sendo maltratada e que o Estado ignorou por muitos anos a degradação deste seguimento.

Somente a partir de 2001, o governo ressuscitou dessa longa letargia. A SENASP iniciou um processo de coleta mensal de estatísticas registradas pela Polícia Civil, retroativo ao ano de 1999. Ocorre também em 2001 a primeira pesquisa sobre o perfil das organizações de segurança pública. Esse novo marco institucional no Brasil promete desenvolver, finalmente, um verdadeiro sistema de informações que traga uma dimensão indispensável para o combate eficiente à violência e criminalidade no país. (CARVALHO, 2007, p. 6-7).

A falta de um bom salário, a estrutura psicológica, os locais de trabalho envolvidos numa burocracia sem fim, o homem que sai de casa com problemas familiares e que não encontra apoio em seu ambiente de trabalho ou no amigo mais próximo porque também sofre com este desequilíbrio administrativo, a ausência do caráter digno de um policial, tecnologia, treinamento, aparato bélico de acordo com cada ocasião, brigas e desentendimentos e tantos outros são fatores que contribuíram para o caos encontrado atualmente na segurança pública. Não é o mau salário que faz o policial ser desonesto, é a formação do seu caráter que o faz ter condutas não dignas.

Logicamente que é necessário investir no recebimento do policial, isto é claro, como também em todo o seu contexto diário.

A questão de que o policial, principalmente os praças, encontrava o seu direito num papel em branco, foi usado por muitos anos pela polícia militar. Por aí se tem uma ideia de como é tratado o policial militar que é à base de sustentação de um comando militar. É o praça que está diariamente lidando com a população nas viaturas, patrulhando as ruas. E esse mesmo policial não é motivado a lutar pela farda que usa, porque quando ele chega ao quartel recebe ordens absurdas para o trabalho do dia a dia onde os comandantes não “gostam” de

escutar a tropa, apesar de que em alguns quartéis este tipo de tratamento já está mudando. Os problemas são os mesmos, as retóricas são as mesmas. A falta de fardamento, alimentação inadequada para a sustentação de um corpo humano, as acomodações físicas em estados precários e tantas outras deficiências que só veio a acrescentar a tal chamada “revolta” no seio militar.

Onde quer se instale a injustiça, onde quer que se frustrem iniciativas salutares, onde quer que se restrinjam direitos naturais, onde quer que se invada o recinto das consciências, onde quer que se manipule o poder contra o cidadão e não em benefício da sociedade, onde quer que se inoculem germes ideológicos por processos subliminares ou de ostensiva violência, o homem se desumaniza, o homem se estiola, fenecem as mais puras aspirações da humanidade (RIOS; ARAÚJO; XAVIER, 1981, p. 19).

O homem não é um ser motivado pela situação em que ele está inserido, seja ela boa ou ruim, é motivado pelo que ele deseja para a sua vida, porque não é a pobreza que faz o homem ser corrupto, ladrão, sequestrador é a maneira como ele enxerga a vida, faz com que ele seja o que é.

Segundo La Puente, (1982, p. 22), há uma hierarquia de necessidades básicas tais como: a) necessidades fisiológicas: a fome, sede, sexo, sono; b) necessidades de segurança: a proteção, a tranquilização, durante uma doença; c) necessidades de amor: ser aceito pelos companheiros, ter amizades; d) necessidade de estimas: confiança em si mesmo, autonomia, sucesso, competência, prestígio; e) necessidade de autoatualização: aperfeiçoamento, realização de projetos pessoais, desenvolvimento das potencialidades; f) necessidade de saber e compreender: a curiosidade como característica da saúde mental; g) necessidade do estético: o homem necessita da beleza.

É difícil encontrar arrependimento no homem que tira a vida de outro homem; é difícil ver misericórdia no homem que trai outro homem; é difícil ver justiça no homem que sonega imposto; é difícil ver justiça nos políticos que antes visam aos seus interesses pessoais e não daqueles que o colocaram no congresso, ou seja, à população.

22

Para a segurança pública, a demonstração de esclarecer a tropa por meio do conhecimento, é de vital importância para a mudança do quadro apresentado no Brasil na contemporaneidade. A modernização da máquina administrativa, o investimento em conhecimento, a valorização do policial militar, tanto no seu percebimento, como nos locais de trabalho é um avanço que deve ser destacado.

É iniciativa como essas que se terão bons frutos anos à frente. As políticas públicas precisam ser modificadas e estão sendo, e isto é muito bom. Mudanças como essas é que se faz o bom homem do amanhã.

2.2 – Criminalidade e violência, uma problemática social.

As grandes cidades geraram indivíduos dotados de aspectos físicos e morais diferentes em alguns casos daqueles criados em uma cidade interiorana. Não que seja algo concreto, mas que traz a diferença quando se faz um “juízo” do tipo de ser que passou a fazer parte da criminalidade.

Para aqueles que estão inseridos nos órgãos de segurança pública e que conhece essa realidade mais de perto estão familiarizados com os “tipos” mais encontrados nas cadeias e nas favelas brasileiras, se tem certo conhecimento do perfil do homem “bandido”. Claro que existem as vírgulas que separam estes indivíduos porque a generalidade não deve fazer parte desse contexto histórico. O homem de cor negra não é mais um ser tratado como objeto ou como mercadoria. O homem de cor branca não é mais aquele de conduta ilibada para alguns segmentos sociais que pensa na cor do ser humano para dizer se ele é bom ou ruim. Vários papéis se inverteram e a democracia abriu os olhos dos cidadãos de bem e que desejam uma vida melhor.

O estereótipo alimenta-se das características gerais dos setores majoritários mais despossuídos e, embora a seleção seja preparada desde cedo na vida do sujeito, é ela mais ou menos arbitrária (ZAFFARONI, 1991, p. 134).

Isso demonstra que os estereótipos se constituem não somente em um mecanismo de seleção, mas de reprodução, tendo em vista que possui um efeito de feedback sobre a realidade, racionalizando e potenciando as ‘razões’ que geram os estereótipos e as diferenças e oportunidades que eles exprimem (DIAS; ANDRADE, 1997, p. 389).

A mídia ganhou um papel importante diante da criminalidade. Ela passou a ser a mensageira de boas e más notícias. A população acusa, condena e leva o cidadão a se perguntar o que ele fez e porque ele cometeu tal crime. A transgressão passou a ser algo interrogado e exclamado por todos, mesmo por aqueles que desconhecem a lei em si. Mas ela sabe que matar é crime e matar sem “motivo justificável” é pior ainda, mesmo sabendo que

não se tem motivo para tirar uma vida, porque a lei está para cumprir o seu dever de julgar e condenar, caso seja necessário.

Algumas normas deixaram de existir porque a modernidade precisou colocá-la como lei para que se pudesse cumpri-la. Dar o assento ao mais velho em um veículo coletivo, não buzinar próximo de um hospital, foram casos que hoje para serem cumpridas precisaram ser colocadas num papel e homologada por uma autoridade para que se cumpra.

A modernidade trouxe inúmeras ações positivas, porém também negativas. A ausência de consciência moral trouxe este impacto à sociedade como um todo, e as transgressões nestes pequenos atos diários causaram um impacto enorme diante daqueles que assistiam a um pai bater em um filho como um corretivo. Depois o filho respeitava o pai porque sabia que tinha feito algo errado e viviam tranquilos no seio familiar.

Hoje isso não é mais possível, porque o respeito e a valorização da vida humana passaram a ser algo banal e um simples olhar mal interpretado é capaz de tirar uma vida.

No quadro abaixo, o Ministério da Justiça mostra em números os registros do crime nos anos de 2001 a 2003, sendo consideradas altas em relação aos anos apresentado pelo mesmo órgão anos atrás.

DELITOS	TOTAL DE REGISTROS			TAXA DE 100.00 HABITANTES		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Crimes violentos letais intencionais	46.344	47.531	47.154	26,9	27,2	26,7
Crimes violentos não letais a pessoa	64.079	66.147	59.678	37,2	37,9	33,7
Crimes violentos contra o patrimônio	712.877	765.398	856.272	413,5	438,3	484,1

Figura 1: Registros de crimes no Brasil, 2001, 2002, 2003. Totais e taxa por 100.000 habitantes.

Fonte: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasil, 2005.

Culpados existem para que esse caos chegasse aos lares, mas a ganância, o desejo de posse, a irracionalidade é mensageira desta culpabilidade implantada no ser humano, elencada em vários fatores e razões que a mente desconhece.

Assim, quanto a suas faculdades e predisposições tudo aquilo que o homem simplesmente é, sejam valiosas ou medíocres, (desde logo podem ser valoradas), somente aquilo que ele faz com elas ou como as põe em movimento em comparação

com o que poderia ou deveria fazer com elas ou como poderia ou deveria pô-las em movimento, lhe pode atribuir-se como merecimento ou reprovar-se-lhe como culpabilidade (WELZEL, 1976, p. 197-8)

Culpabilidade, a reprovabilidade da formação da vontade (JESCHECK, 1981, p. 559).

Ao estado cabe centralizar as atribuições da administração da justiça, por meios de suas leis e de separar o indivíduo do crime quando necessário, através da neutralidade e da racionalidade acusatória, embasado em testemunhos e provas para a transgressão praticada.

Os direitos fundamentais em que se baseia a democracia fundamental são garantidos incondicionalmente a todos e a cada um, mesmo contra a maioria, eles constituem fundamento, bem mais do que o velho dogma juspositivista da sujeição à lei, da independência do Poder Judiciário, que para sua garantia está especificamente vocacionado (FERRAJOLI, 1997, p. 101).

Diferentemente do passado, o crime deixou de andar junto com a moral e o caráter de quem o praticou. Mesmo que isto venha a dar margem de interpretação diante da lei. É claro e notório que o indivíduo está cometendo um ato contra a lei, porque mesmo que não seja um fato com percentual máximo, a lei está a favor daquele cidadão que não desenvolveu nenhuma reação contra o meliante, deixando para o Estado a tarefa que foi recusada pela vítima, quando ele não esbanja qualquer reação para diante do ato praticado pelo “bandido”, mesmo que este venha levar a vítima à morte.

Segundo Faria Junior (1996, p. 45), a criminalidade só pode ser combatida por meio do ataque às causas, porque, erradicando-se as causas, evitam-se os efeitos. Perguntar-se-ia: mas como combater-se o delinquente pela prevenção, se ele é efeito? É que existem duas modalidades de prevenção: a prevenção à incidência do crime, e esta tem que ser por meios capazes de reeducar, ressocializar, recuperar o delinquente. A pena, o castigo ou a repressão não são meios capazes de recuperá-lo.

25

Mesmo com essa transferência do ato de punir para o Estado, não é apenas apontar o indivíduo como culpado, é necessário em alguns casos provar que ele, o causador do crime, seja o responsável por aquele ato e não apenas o apontar como transgressor. Bem que em certas ocasiões, a comunidade não espera pela ação dos órgãos responsáveis, por assim ter como visão que aquele acontecimento não vai ser desvendado pelos agentes

responsáveis da segurança pública, já que certas ações criminais como o roubo de celulares, são tão frequentes que às vezes fica dificultoso de ser desvendado.

Logicamente que a polícia, tanto a civil como a militar, não pode agir sem colaboração das camadas sociais, tanto da elite como do povo em geral. É preciso que se exerça o papel de cidadão, denunciando o que acontece na comunidade para que os órgãos competentes possam agir, dando aos policiais condições para que os mesmos possam resolver casos. Isso só é possível com a ajuda de todos e com seriedade daquele que denuncia, é que se terá capacidade de solucionar os casos que chegam até as delegacias.

O quadro abaixo mostra percentuais de como é crescente as denúncias por todo o Brasil. Isto se dá também porque as pessoas estão deixando de lado o receio de denunciar os crimes. De certa forma, isso é um ganho para aqueles que fazem parte da segurança pública, pois evidencia o quanto as comunidades estão acreditando mais na polícia.

Unidade da Federação	Média Mensal da Cobertura dos Dados		Unidade da Federação	Média Mensal da Cobertura dos Dados	
	2004	2005		2004	2005
Acre	92,3%	97,5%	Paraíba	97,6%	91,1%
Alagoas	98,5%	97,8%	Pernambuco	97,8%	91,6%
Amazonas	67,4%	80,7%	Piauí	50,2%	99,2%
Amapá	91,1%	90,1%	Paraná	-----	-----
Bahia	99,8%	99,4%	Rio de Janeiro	100,0%	100,0%
Ceará	96,5%	96,5%	Rio Grande de Norte	65,0%	74,0%
Distrito Federal	100,0%	100,0%	Rondônia	100,0%	95,4%
Espírito Santo	63,9%	78,7%	Roraima	66,0%	96,0%
Goiás	96,8%	105,0%	Rio Grande do Sul	100,0%	100,0%
Maranhão	85,7%	100,0%	Santa Catarina	98,8%	89,6%
Minas Gerais	83,5%	96,3%	Sergipe	100,0%	98,6%
Mato Grosso do Sul	100,0%	99,9%	São Paulo	99,3%	100,0%
Mato Grosso	71,7%	91,7%	Tocantins	99,9%	98,2%
Pará	90,7%	99,8%			

Figura 2: Percentual de cobertura das ocorrências registradas pelas polícias civis nas unidades da federação no Brasil entre 2004 e 2005.

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro (1997, p.43), os mais afetados por esta violência arbitrária são os desempregados e os marginalizados no sistema educacional, quer sejam por serem vítimas da violência policial ou de crimes comuns contra vida ou a propriedade.

A criminalidade, hoje tão frequente nos principais centros urbanos, causa um mal-estar à sociedade que se vê acuada, vitimizada, sofredora. Entretanto, o crime não se reduz

mais somente aos grandes centros urbanos, também já está, mesmo em pequeno número, nas cidades interioranas.

O crime não é apenas um problema do criminoso, mas, também, do juiz, do advogado, do psiquiatra, do psicólogo e do sociólogo (DOURADO, 1965, p. 7).

Mas, o crime precisa ser combatido, mesmo que seja numa projeção em longo prazo, como desejam os órgãos de segurança pública, para que esta estatística que tanto atemoriza a sociedade seja enxugada, diminuída, e que um dia a tranquilidade nos lares, nas ruas, possam existir.

2.3 – Preconceito e racismo, algo a se quebrar.

As sociedades como um todo, seja no ocidente ou no oriente, vivem momentos de total transformação. Porém, o que se espera que seja também combatido é a questão da discriminação. Um desafio e tanto para aqueles que estudam e tentam combater tal comportamento, já que é algo enraizado na conduta e memória principalmente daqueles que fazem parte de uma história de escravidão racial.

Mas o que mais impressiona é como isso também causa violência e criminalidade. O mundo como um todo ainda vive numa redoma quando se fala em preconceito e racismo. Pena que esse pensamento é um atraso mesmo estando em pleno século XXI.

O preconceito de “raça” ou de “cor” era um componente organizatório da sociedade de castas. Nela, porém, a representação do negro como socialmente inferior correspondia tanto a uma situação de fato, como aos valores dominantes na sociedade. (...) era um componente essencial e “natural” do sistema de castas. (...) Apenas lateralmente, apesar da enorme importância desse processo, a função reguladora do preconceito agia no disciplinamento das expectativas e possibilidades de ascensão social: no caso dos mulatos claros livres. Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o “problema negro”, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis (CARDOSO, 1962, p. 281).

27

Não é fácil quebrar essas barreiras, quando o próprio Estado procura lembrar a sociedade de que existe esta diferença entre a cor negra e a branca, entre o rico e o pobre. Não é difícil de saber que a inteligência não está na cor do ser humano e sim na capacidade de raciocínio dele; que não está na pobreza e sim nas condições sociais em que o homem vive, incluindo o acesso à educação precária que se encontra o ensino público brasileiro.

Para uma sociedade que se diz esclarecida, assiste atônica a tantas transformações que são rápidas e regras quebradas constantemente, guarda dentro de si este ego inflamado pela presença da cor. Ser melhor ou pior, não é um caso de ser claro ou escuro, é questão de enxergar que diferenças existem, mas não pautadas diante do que os olhos veem, mas daquilo que a alma enxerga sem menosprezar o outro.

O Brasil é um país jovem diante do velho mundo. Uma nação saqueada desde os seus primeiros dias de existência, onde a cultura existente foi derrotada pela ausência de sentimento nobre. A diferença teria que ser derrotada e a cultura européia teria que prevalecer, afinal era a raça predominante na época.

Preconceito, racismo ainda estão presentes na sociedade contemporânea, principalmente nos países do terceiro mundo ou nos emergentes. Estão tão presentes que não se devem ser ignorados, devem ser combatidos sempre para que não passem de uma página virada na história da humanidade.

A discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas. As práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos.
(HASENBALG, 1979, p. 85)

De certa forma, o brasileiro já deu grandes passos nessa nova caminhada rumo à democratização, mas ainda se tem muito que fazer, mesmo porque essa mistura étnica constitui a população brasileira.

Porém, ações recentemente lançadas como cotas são de questionamentos findos para aqueles que acreditam é que necessário esta qualificação da raça humana para poder ingressar em estabelecimentos de ensino ou profissional.

Questões como essas podem trazer algum tipo de violência, e que é a pior porque traz dentro do ser humano características de incapacidade. Em nenhum momento o povo brasileiro deixou de ser uma nação com mistura de sangue e cor, devido ter sido trazido para cá duas etnias predominantes, o negro, o branco e aqui foi encontrado o índio.

Outras etnias de juntaram com o decorrer do desenvolvimento do país, fazendo deste uma heterogeneidade infinita.

No século XXI, era de grandes mudanças, não se pode negar que tais já fazem parte de uma realidade bem presente no dia a dia de quase todos os lares e países do mundo. Está se vivendo a era na tecnologia, do filho ou filha homossexual, sem ter que se esconder numa vestimenta que não faz parte do seu eu. Sim, são esses momentos, esses desafios que precisam ser discutidos, analisados e não mal interpretados, porque é algo que não se pode mais ser escondido e nem condenado.

Um corpo não é apenas um corpo. é também o seu entorno. mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. (GOELLNER, 2003, p. 29).

Não é fechando os olhos para essa realidade nua e crua colocada diante de cada ser humano, dia após dia que se resolvem os problemas, mas a violência, a pobreza, a marginalidade, a ausência de sensibilidade no ser humano, o ego sempre inflamado, o consumismo exagerado, a ausência de discernir o certo do errado, mas que muitas vezes nem se sabe o que é correto ou não, a não ser pelos olhos da lei, são evidências de que a cultura brasileira está em constantes transformações. Não só o Brasil, mas o mundo vive tais mudanças.

Cenas de preconceitos por parte daqueles que não tem a moeda (dinheiro), ou seja, que não tem uma vida financeira equilibrada, dotada de conforto e bem-estar em demasia, são encontradas em todos os lugares e até bem próximos, ou seja, no cotidiano do brasileiro, do americano, do europeu, do agricultor e de tantas nacionalidades e etnias pelo mundo afora.

O que se espera é que essa situação de preconceito e racismo seja combatida, para que o indivíduo que assalta, rouba, mata não venha a dizer que acometeu tal ato por ser discriminado e que só enveredou para o mundo da marginalização, por ser excluído da

sociedade trabalhadora e que procura um lugar ao sol e, também vive sem medo de conquistar aquilo que deseja.

Martin Luther King na sua luta pela igualdade racial e por um mundo mais democrático já usava de palavras sábias para combater esse mal que assola a humanidade, e em um dos seus discursos proferiu a seguinte frase: “temos de nos arrepender nessa geração não tanto pelas más ações das pessoas más, mas pelo silêncio assustador das pessoas boas”.

Em um estado de cuidado e zelo pelo bem maior que é a vida, a questão da violência e criminalidade em especial na América Latina vem em tempos modernos se tornando intolerável e inadmissível. Desta maneira, tal fenômeno vem atingindo de forma brutal e crescente as metrópoles e o interior das cidades brasileiras.

O mundo está cercado por violência em todos os sentidos, seja emocional ou físico, e o que se vê é algo que foge da imaginação da mente daqueles que procuram viver em harmonia. Mas, o que é mais extraordinário são como essa violência e criminalidade atingem os lares no mundo afora, sem pudor, sem máscara e sem receio de algo acontecer com aqueles que estão praticando atos violentos.

A violência, considerada como um fenômeno social, e analisada como um filtro que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais (Tempo Social, 1998, p. 105).

De acordo com a figura abaixo, existem modelos e categorias de crime, o que deixa claro como esses – modelos de crimes – não alteram com o passar dos anos, apenas se acentuam de acordo com o que seja mais “fácil” para aqueles que praticam atos ilícitos que causam violência.

TIPOS DE MODELOS	
MODELO	TIPO DE CRIME
Modelo 1	Furto
Modelo 2	Roubo
Modelo 3	Roubo e/ou tentativa de roubo
Modelo 4	Furto e/ou tentativa e/ou roubo
Modelo 5	Agressão
Modelo 6	Agressão e/ou tentativa de agressão
Modelo 7	Roubo em residência

Figura 3: Tipos de Modelos de Crime

Fonte: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19 n. 55, 2004, p. 77.

Infelizmente o que se constata é que tanto a criminalidade como a violência tem acrescidos no dia a dia da sociedade gerando mortes, assaltos, violência sexual e muitos outros afligindo as famílias brasileiras. Como a ciência ou algo que seja desconhecido do mundo físico social, ainda não se conseguiu estabelecer, de forma incontestável, indiscutível e detalhada as razões pelas quais os seres humanos apresentam características tão marcantes de violência. Seja algo inexplicável ou até mesmo incompreensível o que leva um ser humano a cometer atos que fere, machuca e maltrata pessoas, causando vítimas por todas as partes do mundo.

Vários são os problemas apresentados nas últimas décadas e, tanto a violência como a criminalidade, estão entre os problemas que mais assolam a sociedade como um todo, independente de classe social.

Criminalidade e violência são fenômenos cuja origem se deve essencialmente a fatores de natureza econômica; privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização seriam estímulos decisivos para o comportamento criminoso (BEATO, 1998, p 76).

O crime é um fenômeno complexo que acarreta dano à sociedade e se estende muito além daquele sofrimento causado a uma vítima em particular. Os lares deixaram de ser um ambiente de paz e hodiernamente também sofrem com a violência estabelecida pelas últimas décadas. O que faz Beato (1998, p. 76) prosseguir na sua teoria em relação à violência e criminalidade é que “a violência seria o resultado de um processo de frustração de indivíduos privados relativamente na realização de objetivos socialmente legítimos e também o fato de existir poucas opções disponíveis àqueles que se encontraram submetidos a um estado de penúria para lidar com problemas econômicos, por um lado, e a dificuldade para enfrentar situações emocionais difíceis, por outro lado, levariam a uma escalada de ações violentas”.

3.1 – Violência, uma análise a ser considerada.

A violência entrou nos lares sem bater à porta. Ela está em todos os lugares: lares, jornais, revistas, internet, televisão, nas conversas, nas salas de aulas e nas ruas. E o cidadão se vê de mãos atadas, sem saber que rumo dará a sua vida. O que se sabe é que se sai de casa para trabalhar ou se divertir, mas não se sabe se retornará com vida.

A violência no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial para se transformar numa forma de modo de ver e de viver o mundo do homem. Especialmente, do homem que vive nas grandes cidades - esses grandes aglomerados humanos que se tornam o caldo de cultura de todos os tipos de violência. (NILO ODÁLIA, 1985, p. 08).

Vive-se numa época da angústia e inquietação permanente, em face da crise existencial da sociedade contemporânea, onde o desequilíbrio se manifesta de modo

contundente sempre apresentando situações diametralmente antagônicas. Homens se lançam à sorte, na busca incessante de acumular riquezas, na ânsia constante de maiores conquistas construindo impérios econômicos, convivendo, paradoxalmente com uma imensa legião de famintos aprisionados em desumanas favelas e bolsões de miséria.

A vida encontra-se rodeada de momentos ruins e de dados estatísticos cada vez mais alarmantes, deixando a todos, homens e mulheres sem saída. O que fazer e como fazer para sair desse caos, são perguntas que estão no dia a dia de cada ser humano.

Diante de tantos exemplos de como a violência se alastra pelo mundo afora e dando ênfase no território latino-americano, abaixo é exposto um quadro onde se expõe dados de homicídios no continente latino-americano:

País	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	4,1	4,5	4,7	4,7	5,2	5,8	6,9	7,5	7,3	5,8	x
Brasil	22,7	23,4	24,0	24,5	24,7	25,7	26,8	27,4	27,7	25,9	25,2
Chile	3,3	3,0	2,6	2,8	3,0	5,2	5,5	5,4	5,3	5,4	x
Colômbia	64,4	67,0	60,1	64,2	66,0	72,2	74,3	77,3	61,3	52,6	43,8
Costa Rica	5,3	5,6	5,8	6,0	6,5	6,5	6,4	6,6	7,3	6,6	7,5
Cuba	7,8	6,7	6,8	7,4	5,5	5,3	5,4	5,9	5,7	5,8	6,0
El Salvador	45,5	44,7	38,0	44,2	38,3	35,8	35,1	30,8	32,3	39,6	48,8
Equador	13,4	14,0	12,3	15,1	14,8	16,6	15,6	15,9	13,5	17,5	18,0
Guatemala	19,6	21,1	28,6	26,2	18,1	19,4	20,3	24,2	28,5	28,5	x
México	16,8	15,4	14,1	14,0	12,4	10,7	10,0	9,7	9,6	8,8	9,3
Nicarágua	X	6,3	6,2	5,5	6,5	6,8	7,3	6,8	9,4	10,0	10,4
Panamá	X	7,8	10,7	8,9	8,6	9,9	10,4	12,1	11,7	10,4	x
Paraguai	10,5	12,0	10,0	10,3	9,8	12,0	11,9	11,2	12,0	12,3	x
Rep. Domin	4,6	5,0	6,6	7,8	7,6	5,8	4,6	X	3,8	5,6	x
Uruguai	4,7	4,4	4,8	5,8	5,4	5,6	4,9	X	4,5	X	x
Venezuela	x	15,2	12,8	12,4	17,4	27,1	27,5	30,9	35,8	29,5	30,1
America Latina	19,8	20,9	20,3	20,9	20,8	22,0	22,6	23,2	22,3	20,6	18,2

Figura 4: Taxas de Homicídios na população total dos países da América Latina de 1995-2005.

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 e Microdados do WHOSIS

Nestes últimos tempos, ou melhor, neste novo século, o que parece é que todos os problemas estavam camuflados e se revelaram de uma só vez. As crises estão acontecendo em todos os lugares, em todos os países. Se não é uma crise social, é uma crise financeira, mas que acaba afetando a todos. O que antes eram situações isoladas passou a fazer parte de todos os países e de todos os lares.

Nacionalmente, a riqueza de poucos contrasta com a pobreza absoluta de comunidades inteiras. E para compreender a violência no Brasil, tal como se apresenta nos

dias atuais, é indispensável que se tenha uma ideia de como tal fenômeno é maléfica às sociedades contemporâneas.

As consequências diretas, no campo social, desde os fenômenos de urbanização desordenada, são muitas e exercem ainda influência sobre os problemas da violência, da criminalidade, visto que ambas encontram-se nas médias e grandes cidades, expostas às rápidas mudanças sociais, o ambiente propício para sua expansão.

3.2 – O avanço da criminalidade e o sistema carcerário no Estado brasileiro

Não é difícil de enumerar o que leva uma população a avançar na criminalidade, porém o que impressiona é saber que mesmo tendo uma vasta experiência no tocante ao assunto criminalidade, as autoridades que compõe grupos de estudos e execução de combater tal situação ainda estejam mais na teoria do que na prática, ou mesmo executando ações que traz apenas uma leve melhora.

As cadeias brasileiras estão lotadas de todo tipo de criminoso que se possa imaginar. Não existe mais lugar para “guardar” tantos indivíduos. Eles fazem parte de uma página que não quer virar e que cresce diariamente, mesmo tendo a justiça para verificar os seus processos e dar uma solução para aquele que se encontra preso e que está vivendo em condições desumanas.

Uns acreditam que é assim que se deve tratar um indivíduo que tirou a vida de um inocente, outros acreditam que não é dessa maneira que se ressocializa e recupera um ser humano, e a sociedade é que padece com este discurso sem definição. Mas como se chegar a uma definição, se pessoas responsáveis por essas mudanças estão interessadas em cuidar do bem individual do que no bem coletivo.

34

O que se tem são ações cada vez mais violentas, degradantes, e que deixou a vida em um valor tão ínfimo que custa apenas uns poucos reais. Este é o valor de um projétil (bala).

Dentro desses estudos, um trabalho de Lawrence Sherman (1996) classificou em seis grandes grupos a maneira como as sociedades estão inseridas num contexto social para o controle da criminalidade:

1) Controle do crime	Envolve mobilização e organização comunitárias contra o crime, prevenção da
----------------------	---

baseado nas comunidades	violência das gangues juvenis, programas de recreação infantil após o horário escolar e formação de preceptores comunitários de dependentes químicos.
2) Controle do crime baseado nas famílias	Incorpora práticas tais como visitação de famílias com recém-nascidos e crianças, educação pré-escolar envolvendo os pais, capacitação dos mesmos pais para lidar com crianças problemáticas, e prevenção e repressão da violência doméstica.
3) Controle do crime baseado nas escolas	Inclui programas de prevenção do uso de drogas, educação para resistência às gangues, educação para a disciplina social, incremento da disciplina no ambiente escolar e campanhas contra a prática de intimidação de colegas.
4) Controle do crime baseado no mercado de trabalho	No qual se destacam os programas de treinamento e colocação profissional para jovens e adultos desempregados, treinamento para criminosos presos e transporte de trabalhadores para seus locais de trabalho.
5) Controle do crime baseado na polícia	Incorpora estratégias de patrulhamento direto em áreas de risco ou pontos quentes, redução do tempo de resposta às chamadas de emergências policiais, patrulhamento a pé, vigilância baseada na vizinhança e repressão imediata à violência doméstica.
6) Controle baseado na justiça criminal	Envolve a reabilitação de egressos, tratamento obrigatório para drogados condenados, liberdade condicional intensiva supervisionada, confinamento de condenados em suas residências, monitoramento eletrônico de condenado e incremento do encarceramento.
7) Controle do crime baseado na prevenção situacional	Caracteriza-se por estratégias de redução de oportunidades para a concretização do ato criminoso em locais específicos, como lojas, prédios e apartamentos, estacionamentos etc., incluindo medidas tais como o uso de câmeras, iluminação, guardas particulares e alarmes.

Figura 5: Tipos de Controle da Criminalidade

Fonte: Sherman, Lawrence, 1996. Saporì, Luís Flávio. Segurança Pública no Brasil, Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007. p 81-82.

Segundo Foucault (1977, p. 207), a prisão foi uma peça essencial no conjunto das punições, marcando um momento importante na história da justiça penal. Ela se fundamenta nas sociedades industriais por sua obviedade econômica, e permite que apareça como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que o criminoso lesou, não somente a vítima, mas a sociedade inteira. Então, apresenta-se a obviedade econômico-moral de uma penalidade em que se contabiliza os castigos em dias, meses e anos, estabelecendo, assim, equivalências, quantitativas delitos-duração.

Leis foram criadas e modificadas ao longo dos séculos de existência do Estado brasileiro. Algumas vieram para colocar ordem na casa, outras para confundirem a cabeça

daqueles que as usam, dando interpretações diferentes diante de cada causa encontrada em um processo. E são essas leis que beneficiam àqueles que as usam com a sabedoria de um mestre ou pelo interesse de uma causa ganha, mesmo que esta causa seja de alguém que confessou um delito.

Na antiguidade, a transgressão era cometida muitas vezes pelo fato de ter manchado a honra de um homem, o que dava àquela ação um motivo mais “nobre” e até mesmo com mais consistência. Ou seja, existia algo forte dentro do ser humano para cometer uma atrocidade, mesmo que aquele ato fosse com a intenção de desfazer de uma vida. Não é fácil distinguir o que é certo nos dias atuais, mas cada ser humano sabe distinguir dentro do seu íntimo o que é bom ou ruim.

Todo ser humano tem direito a uma segunda chance, basta apenas ele querer. Porém, não é tão simples assim porque a sociedade ainda não está preparada para aceitar um ex-presidiário, e isto contribui muito para que ele volte a praticar o crime. O indivíduo que passou por uma prisão não tem “condições” de voltar ao seio social, por ter um caráter sempre duvidoso e perceber que é aquela vida bandida é que o faz “feliz”. É desta maneira que muitos pensam.

Apesar de a Constituição Federal prever no seu artigo 5º, inciso XLIX, do Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”, o Estado continua fracassando nas prerrogativas mínimas de custódia; não conseguindo nem mesmo garantir a vida dos apenados que estão sob sua tutela e responsabilidade. À incapacidade do Estado soma-se a incompetência do modelo prisional vigente para a recuperação de seus presos. O resultado desta mistura é um local onde não existem as mínimas condições de respeito aos direitos humanos. E sem respeito à pessoa humana, como garantia da dignidade e da integridade física, o que se produz cada dia são pessoas desprovidas de humanidade. (on-line). (TAVARES, 2006, p, 45).

36

A vida não é fácil em uma prisão, até mesmo para aqueles que trabalham lá. Dia após dia, se vê cenas que chocam e que faz pensar como o ser humano chegou àquela situação tão degradante.

Uns enlouquecem, outros se castigam pelo erro cometido, outros se suicidam, outros se tornam mais bandidos, chefes, doutores da lei e da ordem prisional, e tantas outras “mazelas” que se encontram dentro de um presídio.

Mas acima de qualquer pensamento ruim, é preciso saber que existem seres humanos inocentes, pagando por algum crime que não cometeu e que os agentes que fazem

parte deste contexto de segurança pública, julgaram e o condenaram sem antes coletar indícios suficientes para incriminá-lo.

No Brasil, não é o ser humano que tem que provar que é culpado, ele tem que provar que é inocente. É um contraditório que gera em torno de um sistema que está precisando urgentemente de mudanças nas leis, tecnologia, aparato policial bem armado, investimentos a médio e longo prazo na estrutura física e de pessoal. Isto só se conseguirá com uma máquina administrativa bem equilibrada e determinada para o sucesso na área de segurança pública.

4. SEGURANÇA PÚBLICA, UMA QUESTÃO COMPLEXA

Segurança é algo que não existe nas residências, nas estradas, no trabalho, no lazer. Ela deixou de fazer parte desses ambientes. A modernização e a tecnologia são fundamentais para o progresso de um país, porém em contrapartida tem o seu lado ruim.

Vive-se atualmente em tempos difíceis, ou será que sempre foram difíceis, apenas mudando o cenário de cada época?

Mas de algo é preciso ter certeza, de que é necessário sempre ter mudanças em todos os segmentos, mesmo que sejam simplórios.

Nessa linha de mudanças, Saporì (2007, p. 98), mostra que “apesar da expansão do setor informal na década passada, as mudanças estruturais a que nos referimos (...) sugerem que, de modo geral, a qualidade de vida das pessoas melhorou consideravelmente. A transferência da mão-de-obra do setor rural para o urbano provocou uma profunda transformação na estrutura social e teve a importante consequência de intensificar a mobilidade ocupacional, gerando e aumentando as expectativas de ascensão e status”.

Outrora, não se ouvia falar tanto em segurança pública como se escuta nos últimos tempos, causando medo, desilusão, raiva, ausência da “verdade” muitas vezes camuflada em falas e mais falas e tudo isto sendo assistido por todos – sociedade seja ela em qualquer classe social, comunidades - e por aqueles que fazem a segurança pública.

Essas sensações que antes eram sentidas apenas pelas comunidades carentes chegaram ao “asfalto” e aí começou a sentir a insegurança nos lares. Algo teria que ser feito para que os clamores das classes menos privilegiadas também fossem escutados. Diante de um quadro drástico e triste é que se espera que seja feito algo por aqueles que esperam há tanto tempo.

De acordo com Microdatas SIM/SVS/MS, os homicídios no Brasil nos anos de 1996 a 2006, entre uma população com idade entre 15 e 24 anos, aumentou 31,3%, e na população total o aumento foi de 20%.

O quadro abaixo ilustra os meios utilizados nos homicídios da população total do Brasil 2000-2006.

Meio Utilizado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estrangulamento, Sufocação	1,1	1,3	1,3	1,3	1,5	1,5	1,3
Arma de fogo	77,6	77,3	77,3	77,9	76,2	74,4	74,4
Fumaça, fogo, chamas	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5
Objeto cortante-penetrante	13,8	14,9	15,3	14,6	15,2	16,5	16,1
Objeto contundente	5,0	4,2	3,9	4,0	4,5	4,9	5,1
Força corporal	0,6	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	1,4
Outros especificados	1,6	1,3	1,1	1,0	1,3	1,4	1,3

Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

% nos Homicídios

Armas de fogo	77,6	77,3	77,3	77,9	76,2	74,4	74,4
Outros médios	22,4	22,7	22,7	22,1	23,8	25,6	25,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Figura 6: Estrutura dos meios utilizados nos homicídios da população total

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS

A segurança pública falhou em suas estratégias há muitos anos, precisava e precisa sempre dar uma resposta às comunidades para que as mesmas sintam que estão sendo assistidas, mesmo que seja em um percentual pequeno. Algo novo tinha que ser feito, e novas propostas teriam que ser apresentadas para que o quadro fosse modificado.

Sendo assim, e pensando em uma nova polícia que pudesse estar junto da comunidade de todos os ciclos sociais, principalmente, das comunidades menos abastarda que são os que mais sofrem com essa ausência do Estado no trato de Segurança Pública é que se faz surgir novos modelos e métodos usados em alguns países, com sucesso, para garantir um pouco de segurança.

Polícia Comunitária, envolvida mais com a comunidade; participação da comunidade com sugestões para melhoria do bairro; presença dos policiais nas escolas, descentralização de decisões menos importantes; reuniões com os alunos e os policiais; mais comunicação entre o policial e seu comandante. São essas inovações que farão a diferença no futuro.

39

A vida é tão curta e ao mesmo tempo tão longa que se perde a noção de tempo e espaço. O mais incrível é que a sociedade não perde a esperança de um dia mais tranquilo, onde se possa andar no calçadão e atravessar a rua sem ser atropelado, e tomar aquele cafezinho na padaria sem o medo de ser assaltado.

Pensando nesses prazeres que a vida pode oferecer, é que as pessoas se mobilizam para se ter segurança, mesmo que essa seja particular. Mas só se pode defender com as armas que se tem nas mãos, e para se ter paz na vida vale tudo.

Paz essa que precisa ser conquistada com luta, com desejo de querer dias melhores e mais saudáveis. E como o Brasil tem um povo guerreiro, disposto a conquistar seu

lugar ao sol, é que hoje as salas de aulas estão cheias de pessoas querendo aprender nem que seja para escrever uma redação, e por essas ações se podem tirar conclusões de um povo que deseja mais e mais melhorias.

4.1 – Confiança e cidadania

Um publicitário tricampeão, em uma pesquisa realizada por uma revista de grande circulação, disse em uma entrevista o que se pode ser chamado de confiança. Nesta, ele fala do pai que era um representante de material de construção e, também, descreve a trajetória do pai e, de como o mesmo conseguiu adquirir confiança entre seus clientes.

Diante desse fato, ele nunca esqueceu e leva até hoje para sua vida de publicitário e pessoal, uma frase que o pai falava: “confiança é uma coisa que se leva uma vida para conquistar, mas que se pode perder em segundos”. (Revista Seleções, setembro/2008, p. 168).

No contexto de instituições públicas o cenário nos dias atuais é bem diferente nesta seara chamada confiança.

Em se tratando de Segurança Pública, o índice de desconfiança é aumentado a cada passo que se dá. Quando se pensa que a situação é boa, vem uma manchete em todos os meios de comunicação, destruindo esse sentimento pouco vivido pelo cidadão.

O impacto que este sentimento – confiança - causa em qualquer instituição pode levá-la a ter uma atividade diária com mais entusiasmo, com mais certeza dos propósitos apresentados para a sociedade. O que não se pode deixar acontecer é que os índices de desconfiança nas instituições sejam maiores do que o que é apresentado atualmente.

40

E neste cenário de confiança e desconfiança que Rolim (2006, p. 5) enfatiza bem o sentido da palavra nos informando que “a confiança é o valor que sublinha e vincula os componentes das parcerias comunitárias para a resolução de problemas. A fundação da confiança irá permitir que a polícia estruture um forte relacionamento com a comunidade, o que irá produzir conquistas sólidas. Sem a confiança entre a polícia e a cidadania, um policiamento efetivo é impossível”.

Enquanto a sociedade estava lutando pelos seus direitos, pelas suas conquistas econômicas, tecnológica, a segurança pública era deixada de lado, porque a criminalidade não atingia a camada social média, média alta e alta da sociedade brasileira. Mas quando a

insegurança chegou no “asfalto” o medo nos grandes e luxuosos edifícios, começou a se perguntar onde está a segurança pública.

É complicado confiar em instituições que são colocadas em segundo, terceiro ou quem sabe qual plano, sendo um dos segmentos mais cobrado em tempos de eleição.

Segundo Misztal (1998, p. 12), a confiança, entendida frequentemente em termos vagos e genéricos, condiciona todos os aspectos da vida humana. Quando a comunidade é danificada todos sofrem e quando é destruída, a sociedade declina e entra em colapso.

O impacto que a ausência de confiança causa em todos os habitantes de uma região, se dá pelo desinteresse em acioná-los quando necessário. Porém, a mesma não se pode deixar abater por questões que estão fora do seu alcance. O que se pode conseguir é participar ativamente das mudanças, exercendo a cidadania.

Melhoras estão acontecendo e só com a atuação maciça de todos os brasileiros nos principais segmentos sociais, participando de organizações, ouvindo, lendo, estudando, se atualizando diariamente com a economia, a política, o que está acontecendo no seu bairro, na sua cidade, é que se poderá dar uma reviravolta neste cenário que invade os lares brasileiros.

A possibilidade de construir a cultura de confiança, mesmo que a base esteja fundada em uma tradição de desconfiança, pois serão as políticas implementadas o determinante para essa construção, principalmente no que tange ao desenvolvimento das instituições. (Sztompka, 1999, p.133)

Sztompka identifica cinco variáveis independentes que constituem a estrutura de oportunidade para aplicação de políticas públicas, a saber: (1) coerência normativa; (2) estabilidade da ordem social; (3) transparência da organização social; (4) familiaridade com o ambiente social; e (5) accountability das pessoas e instituições.

41

Confiança não é algo que se consegue com um simples aperto de mãos, é conquistada pelas nuances da vida, e são nestes momentos que se tem o apoio, o diálogo, a junção de ideias e principalmente a troca de informações, porque é pela união que se poderá trabalhar em prol de uma segurança eficiente.

O contato direto com os jovens, com as ONGs, com instituições de ensino e principalmente com aqueles que estão diretamente ligados à questão da criminalidade que são as comunidades carentes, é que se pode conseguir uma parceria fiel e recíproca, mas não esquecendo que é somente por meio da educação escolar e familiar que um país poderá se desenvolver em todas as áreas.

4.2 – A respeitabilidade diante da sociedade e dos órgãos de segurança pública.

É difícil imaginar uma sociedade democrática ou não, onde não existam dificuldades tanto financeiras, sociais, urbanas, estruturais e tantas outras. Mas o que não se pode deixar de exercer é o papel de cidadão social, político, democrático e leal a sua bandeira.

Quando se canta o hino nacional, a alma do brasileiro se enche de esperança principalmente quando ele é cantado diante de uma medalha de ouro, de uma corrida vencida, de um estádio lotado de brasileiros, mas infelizmente, o orgulho de ser brasileiro está somente nesses momentos e não em tantos outros que fazem parte desse contexto diário.

Porém, sempre existe saída para qualquer dificuldade quando ela é analisada e verificada todos os prós e contra numa análise social.

Entre eles estão o respeito que o cidadão tem pelo outro, que uma sociedade tem com seus políticos, com suas marcas, com as políticas públicas implantadas num país. Porém não se deve esquecer que respeito não se conquista no grito, na força, na proibição da censura, na prisão de um inocente.

Ao preservar o direito dos povos à existência, a Declaração Universal do Direito dos Povos defende o Direito Humano à vida. Isto porque, quando se atenta contra o direito à vida de um povo, sacrifica-se o direito à vida de milhões de pessoas (HERKENHOFF, 1997, p. 49).

42

É comum ver as pessoas pincharem os prédios, jogarem papéis, copos, garrafas e tudo de “inútil” que está na sua mão pela janela do carro; motoqueiros arriscando a sua vida e de outros em alta velocidade no trânsito e sem falar nas manobras arriscadas; jovens fingindo que estão dormindo para não ceder o assento no ônibus aos mais velhos e tantas outras barbaridades. Isso é um dos meios de desrespeito que afeta a cada dia a população e que só é sentindo quando não se tem mais como retroagir àquelas ações.

A hipocrisia reina nos lares de alguma maneira, seja ela na mais modesta ou não e, assim, a ausência de respeito vai dando lugar à sincera e honesta forma de ver os seres humanos, que deve ser com os olhos do amor mútuo e de saber que apenas se leva a alma quando se morre e não objetos.

Ainda que fossem necessários os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens – ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder. (BOBBIO, 1992, p. 6)

Quanto à Segurança Pública no contexto diário, a questão do respeito precisa ser trabalhada com um especial cuidado, devido ao militares carregarem por anos ou até mesmo por décadas a marca de ditador, de desumano, o que não deixa de ser uma verdade.

Mas como se está vivendo um momento de democracia plena, a segurança pública por meio de um policiamento eficiente, precisa ter suas bases organizadas, definidas e melhoradas.

Não se arruma uma casa se a sua própria está totalmente desorganizada. E isto infelizmente está acontecendo com os órgãos que compõe as instituições da segurança pública. Foram anos de ausência do direito ao policial militar ou civil, ao corpo de bombeiros como um ser humano acima de qualquer ordem, de qualquer missão.

Investir, pois, no aparelhamento, assalariamento e formação técnico-científica e humana dos policiais, é o grande caminho para a transformação do sistema. É evidentemente, contudo, esses investimentos não bastam. É preciso saber onde se quer chegar, ter um norte seguro, uma vez que, “quem não sabe para onde vai não chega a lugar nenhum” (BALESTRERI, 2003, p. 42).

43

Não é de se estranhar este distanciamento entre o oficial e praça, entre o delegado e o agente, porque foram anos de ausência de diálogo, de entender o que está acontecendo na vida pessoal do policial e, isso não tem como ser modificado em curto prazo. São descuidos antigos, fadados ao fracasso e que precisam ser arrumados cotidianamente.

4.3 – Segurança pública e polícia comunitária

Os jornais noticiam o caos que se encontra o país em relação à segurança pública. Elas - as notícias - são um alerta para este sistema falho que foi implantado na sociedade brasileira e que há tempos e não agora deveria ter sido modificado.

“A saída é pela educação”, disse o repórter a se referir aos problemas que o Brasil enfrenta. “Mas isso é algo a longo prazo, e se precisa urgentemente de medidas eficientes”.

A concorrer para essa ultrajante realidade estão a incúria do governo, a indiferença da sociedade, a lentidão da justiça, a apatia do Ministério Público e de todos os demais órgãos da execução penal incumbidos legalmente de exercer uma função fiscalizadora, mas que, no entanto, em decorrência de sua omissão, tornam-se cúmplices do caos. (LEAL 1998, p 69)

Esta questão de fazer policiamento comunitário é algo positivo diante de uma crise com grandes proporções como esta que se vive hoje no Brasil. E que é preciso no mínimo um médio prazo para começar a surtir efeito, porque a cultura de décadas de um modelo tradicional, truculento, censurado, não se modifica tão rápido assim.

Segundo Neto (1998, p. 71), atividade administrativa do Estado que tem por fim limitar e condicionar o exercício das liberdades e direitos individuais visando a assegurar, em nível capaz de preservar a ordem pública, o atendimento de valores mínimos da convivência social, notadamente a segurança, a salubridade, o decoro e a estética.

Fazer polícia comunitária requer muito planejamento, estratégia, disciplina, vontade de mudar a visão atual, disposição para estar na comunidade e obter o desejo de contato próximo, atuando como um homem-policial de bem, sem querer algo em troca a não ser o bem estar do ser humano.

Ao tentar implantar este modelo, o governo e líderes da sociedade acreditaram que esta poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela Segurança Pública, isto é, à medida que se abre para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quanto puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que, estando aberta às sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações. (CARVALHO, 1998, p. 49)

44

São políticas como mediação de conflitos, educação escolar para os policiais, contato direto com o cidadão, valorização do policial dando aos mesmos os direitos como cidadão e como um profissional da área de segurança pública com bons percebimentos, estrutura física tanto de quartéis como de delegacias, aparato móvel de boa qualidade. Além de tantas nuances que fazem parte dessa cadeia, vão levar o policial a fazer esse novo programa que não seja somente um programa, mas algo a ser implantado em longo prazo, que irá melhorar a situação atual de segurança pública.

Fazer polícia comunitária não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de um país onde a desigualdade social é imensa, chegando a não ter mais conserto em certos segmentos, como o caso do tráfico de drogas. Mas esse novo modelo, que parece ser o mais acertado de todos os que já foram instalados, precisa ter consciência do seu papel diante da sociedade.

E quando se fala em sociedade, tem-se a comunidade que vive em uma sociabilidade, ou seja, cada um vivendo de acordo com os seus costumes, crenças, ou até mesmo pelo que lhe é imposta. Mas o que fazer se hoje o mundo é globalizado, deixando-a muitas vezes sem saída, a não ser viver de acordo com o que lhe foi imposto.

Partindo de um pressuposto de que a sociedade é o espelho daquilo que se pensa e se enxerga, sendo necessárias mudanças tanto por parte da segurança pública, como por todos os órgãos que executam trabalhos sociais. Porém, o que mais se precisa ser modificado é o ensino educacional tanto em escolas como nos lares. Tudo começa pela educação e é por ela que as pessoas podem e irão ter uma nova visão do todo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20/12/1996) em seu título II diz:

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação – www.fnde.gov.br)

Não se pode deixar o medo vencer o diálogo e nem tampouco achar que tudo está perdido, porque quando se tem esperança, desejo de mudanças e perseverança, tudo pode acontecer, e melhorias com certeza irão se realizar.

45

São cidadãos que sempre querem o bem, mesmo que essa ótica de bem seja compartilhada individualmente. O coração do homem só deixa de bater quando ele deixa de respirar e enquanto esse dia não chega, é preciso lutar para se ter dias melhores. Nada pode interromper um coração com esperanças e desejo de luta.

Polícia comunitária é um destes desejos de mudanças querido por tantos estudiosos que percebeu neste modelo uma maneira de aproximar o cidadão do policial. As marcas e feridas deixadas pela ditadura precisam ser apagadas e cicatrizadas para que se possa trabalhar com uma nova roupagem, mentalidade, estratégia, porque só pela proximidade do policial com o cidadão é que se poderão diminuir os índices de criminalidade existente. E como o título diz “somente respeitando o público a polícia vai ser eficaz na prevenção do crime”, é que se poderá ter a reciprocidade necessária para que comece a existir diálogo entre esses dois segmentos tão antipáticos durante anos e que só trouxe tristeza.

Trojanowicz, Robert e Bucqueroux, Bonnie (1994, p. 4), quando fala sobre polícia comunitária diz que é “uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporcionam uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia como a comunidade deve trabalhar junta para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como: crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais e, em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área”.

Todos querem um Brasil melhor, seja no lazer, no esporte, na política, no próprio lar, nas ruas e em qualquer lugar onde o cidadão possa ir e vir sem medo.

Mas para que isso deixe de ser um sonho e esteja ao alcance de todos, faz-se necessário que não só os órgãos de segurança pública contribuam, é necessária a vontade maciça de todos para se ter um Brasil melhor, mais solidário, mais humano, com menos EU e com mais NÓS.

5. ADR - RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS - UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Na última década do século XX, a atividade jurídica passou por grandes mudanças. Não é de pouco significado o interesse crescente entre os operadores do Direito no uso de alternativas ao litígio tradicional e tribunais para resolver contendas de maneira mais eficiente e econômica, com menos riscos e melhores resultados.

Não são recentes as investidas de indivíduos ou grupos econômicos pela criação de mecanismos e meios alternativos para a solução de conflitos surgidos na vida em sociedade, com o intuito da diminuição de casos que elevam a violência e até mesmo para o

aumento das prisões causadas por questões simples que podem ser resolvidas por meio de mecanismos mais acessíveis a comunidade e sociedade como um todo.

Nas mais tenras épocas da solução institucionalizada de conflitos, não existiam quaisquer alternativas à senda judicial. Os casos eram levados aos tribunais e as partes e seus patronos sujeitavam-se a um trabalho árduo e cansativo aparentemente interminável, com a potencialidade, na pior das hipóteses, de ambas as partes desistir da ação devido à demora judicial, levando muitas vezes a usar de outros artifícios para lograr “êxito” o que muitas vezes lhe causava mais transtornos. Felizmente agora há alternativas.

Hodiernamente existem métodos inovadores para resolver disputas quando a solução tradicional não parece proporcionar a melhor alternativa processual para satisfazer às necessidades emocionais, econômicas e psicológicas de quem se encontra em uma disputa judicial. Esses entraves em que passa o ser humano, o faz exercer certo comportamento que muitas vezes não é o vivido no dia a dia. Para Chiavenato (2006, p. 53), “comportamento é a maneira pela qual o indivíduo ou uma organização age ou reage em suas intenções com o seu meio ambiente e em respostas aos estímulos que dele recebe.”

5.1 – Resolução alternativa de disputas

As ADRs (resolução alternativa de disputas) consistem em processos nos quais um terceiro desinteressado, ou parte neutra, ajuda os contendores a obterem soluções definitivas para a disputa em questão. O que especifica cada uma delas são os poderes dado ao terceiro, bem como seu comportamento no desenvolver do processo, e a formalidade procedimental aplicada.

Dentre o amplo de meio para resolver disputas, existem meios como a negociação, conciliação, facilitação, mediação e a arbitragem. Suas características comuns a participação de um terceiro neutro, o qual auxiliará na consecução de meio termo e conseqüente solução do conflito, ou decidirá completamente a questão de forma independente.

Os meios elencados acima são instrumentos de resolução de conflitos, por meio dos quais as partes se aproximam para alcançar determinado intento. A aproximação das partes em conflitos é feita por intermédio de um terceiro, em posição de neutralidade, escolhido pelas partes.

Observa-se como de mais frequentes utilização pátrio a mediação, a conciliação, que está inserida obrigatoriamente inclusive nos processo judiciais e a arbitragem.

A mediação é um instrumento de resolução de conflitos, por meio dos quais as partes se aproximam para alcançar determinado intento. A aproximação das partes em

conflitos é feita por intermédio de um terceiro, em posição de neutralidade, escolhido pelas partes.

...uma forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos; uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal. A mediação é uma forma alternativa (com outro) de resolução de conflitos jurídicos, sem que exista a preocupação de dividir a justiça ou de ajustar o acordo às disposições do direito positivo. (WARAT, 1998, p. 5)

Na conciliação, ao contrário de mediação, o conciliador (também terceiro), estimula as partes para um acordo, sugerindo alternativas e condições para a resolução do conflito; ele interfere na composição amigável.

A conciliação é um meio de solução de conflitos com diversas naturezas (individuais, coletivas, civis, comerciais, trabalhistas etc.), onde o conciliador não decide o conflito, mas age para facilitar, sugerindo até mesmo a forma de acordo entre as partes.

A primeira vantagem da conciliação e da transação é que ambos os institutos proporcionam a extinção da lide processual, total ou parcialmente, através de uma sentença de mérito (art. 269, III), sem que dela resultem vencedores ou perdedores. Por conseguinte, não há qualquer espécie de sucumbência, o que, por si só, já atinge um grau bastante elevado, entre as partes, de profunda satisfação. Apenas as despesas processuais serão rateadas, e de acordo com a vontade das partes. Previamente estabelecida no ajuste. (FIGUEIRA JUNIOR, 2002, p. 177).

48

Atualmente, o mediador vem adotando uma posição de conciliador, uma vez que o esperado é a resolução do conflito; todos os esforços devem ser realizados para tal fim: praticá-lo e resolvê-lo.

Segundo Lima Junior (2002, p. 61), à mediação/conciliação é um incentivo como forma adequada e necessária nesse momento de transição, para aproximar as partes e criar cultura negocial, na busca de solução extrajudicial dos conflitos.

Na arbitragem, as partes submetem a decisão do seu conflito, à parte neutra ora chamada árbitro, após este ter ouvido argumentações e examinado provas. Os efeitos jurídicos produzidos pelas decisões dos árbitros são idênticos aos das sentenças dos órgãos do judiciário, ou seja, a sentença arbitral tem seus efeitos protegidos pela coisa julgada, e sendo condenatória, constitui título executivo, independentemente de homologação judicial.

A arbitragem pode ser definida como um meio de resolver litígios civis, atuais ou futuros, sobre direitos patrimoniais, disponíveis, através de árbitro ou árbitros provados, escolhidos pelas partes, cujas decisões produzem os mesmos efeitos jurídicos das sentenças proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário (ROCHA, 1998, p. 37).

Mesmo que exista uma proposta real de acordo e que esta seja devidamente cumprida pelas partes, pode-se dizer que a arbitragem é uma modalidade rápida e eficaz para a solução de questões, que pode ser realizada eficientemente como acontece no Poder Judiciário, procurando sempre esclarecer o problema, mostrando uma visão ampla do mesmo e, sendo condenatória detentora de força executiva.

Nas ADRs, as partes tentam a autocomposição, ou seja, a resolução do conflito sem interferência direta de qualquer pessoa ou do Poder Judiciário. Esses instrumentos de composição também permitem a confidencialidade de todo o procedimento e do resultado.

Desta maneira, pela análise das características gerais das ADRs, pode-se ser mostrada como uma forma pacífica de solução de conflitos a ser utilizada pela sociedade como um todo, fazendo nascer em cada cidadão a consciência de seu papel na solução dos mais variados problemas, além de contribuir diretamente para seu pleno exercício da cidadania, deixando para trás a posição tradicional atribuída ao Poder Público na composição dos litígios.

49

Embasado nas ciências comportamentais, Chiavenato (2006, p. 53) elenca uma variedade de conclusões em relação ao comportamento do ser humano:

“1) O homem é um animal social dotado de necessidades. Dentre as necessidades humanas sobressaem as necessidade gregárias, isto é, o homem desenvolve relacionamentos cooperativos e interdependentes que o levam a viver em grupos ou em organizações sociais e convier com outras pessoas.

2) O homem é um animal dotado de um sistema psíquico. O ser humano tem capacidade de organizar suas percepções em um todo congntivo integrado. O seu sistema psíquico permite uma organização perceptiva e cognitiva particular no seu conteúdo, mas comum a todas as pessoas quanto à sua estrutura.

3) O homem tem capacidade de articular a linguagem com o raciocínio abstrato, ou seja, o homem tem capacidade de abstração da realidade e de comunicações com as outras pessoas.

4) O homem é um animal dotado de aptidão para aprender, isto é, de mudar seu comportamento e atitude em direção a padrões cada vez mais elevados, complexos e eficazes.

5) O comportamento humano é orientado para objetivos. Os objetivos individuais são complexos e mutáveis. Daí a importância dos objetivos humanos básicos a fim de compreender claramente o comportamento das pessoas.

6) O homem caracteriza-se por um padrão dual de comportamento: pode tanto cooperar como competir com os outros. Cooperar quando seus objetivos individuais precisam ser alcançados por meio do esforço comum coletivo. A cooperação e o conflito tornam-se parte virtual de todos os aspectos da vida humana”.

Pode-se ainda destacar como característica essencial das ADRs, seu caráter voluntário, privativo, informal, onde se busca preservar a liberdade entre os litigantes, assegurando as mesmas a premissa da boa-fé, do sigilo e principalmente da igualdade.

5.2 – Vantagens e benefícios do uso de ADRs

As ADRs mediação e conciliação certamente chegam para promover o redescobrimto de valores como a tolerância e a humildade, na medida em que conduzem as partes em conflito a uma composição amigável e espontânea, dispensando a intervenção de um agente estatal.

50

A arbitragem, por sua vez, restabelece o primado do princípio da liberdade individual, escolhendo as partes por sua vontade quem determinará o justo e o direito no conflito em que estão envolvidas. Na esteira do dizer aristotélico, não há juiz ou tribunal mais legítimo do que o escolhido pelos próprios litigantes.

Segundo Carmona (1998, p. 43), a arbitragem é um meio alternativo de solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada decidindo com base nela, sem intervenção estatal, sendo a decisão destinada assumir a mesma eficácia da sentença judicial.

As ADRs encontram-se à disposição da sociedade civil e, por tenderem à autocomposição, conduzem os contendores a soluções mais criativas e conciliadoras, sem os procedimentos estruturados e institucionalizados nos julgamentos por tribunal, tipificados por regras pormenorizadas e por mecanismos ligados à observância e numerosas normas.

É de domínio público a morosidade que dificulta o acesso à justiça nacional. As ADRs tornam o direito mais acessível às partes e podem auxiliar no desafogamento da máquina judicial, liberando-a para incumbir-se de questões de maior complexidade.

Outro aspecto benéfico da resolução alternativa de conflitos é a ampla utilização da mediação em algumas comunidades de nossa urbe. Líderes comunitários, por vezes intuitivamente, têm sido excelentes mediadores na solução de contendas, pois têm compatível conhecimento dos problemas de suas áreas de atuação e, até por sua posição, tem a confiança das partes para exercer mais este mister.

Dependendo como o conflito é tratado, a intensidade, o cenário e sua evolução, ele pode trazer consequências positivas, tais como a busca de novas soluções para um problema, o estímulo e a curiosidade para vencer desafios, assim como pode, como consequência negativa provocar destruição em vários sentidos, enfim, pode provocar mudanças nas pessoas, nos grupos e na sociedade (SENASP, 2007, p. 221).

Sabe-se também que somente em teoria o direito protege os mais fracos. Pela natureza da solução alternativa, as partes chegam à composição da questão em situação equânime, facilitando, desta forma, o direito ao tratamento isonômico previsto na nossa constituição.

Em nosso mundo moderno, o qual confirma os ideais liberais outrora preconizados, o indivíduo sobressai-se do coletivo. A legislação caminha a amplos passos na realização desse ideal, qual seja permitir que os particulares resolvam os problemas dos particulares. Para isso faz-se necessária à sistematização de procedimentos que promovam tal “pacificação social”.

51

6. A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS METRÓPOLES NO COMBATE A CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

Todos os segmentos sociais sejam aqueles com conhecimentos vários ou os iletrados, estão vivendo modificações diárias, onde ela mesma se depara às vezes para pensar como as coisas estão mudando numa rapidez que muitas vezes não se consegue acompanhar. Infelizmente para alguns casos, a sociedade não consegue ser rápida e, isto dá uma sensação de que o mundo parou, estagnou.

Neste quadro que está se tornando tão complexo com o passar dos anos, as metrópoles no Estado brasileiro são as que mais sofrem com estas modificações como a desordem urbana, ou seja, sem um projeto de urbanização e infra-estrutura para receber quem vem de outras cidades para habitarem as metrópoles ou grandes cidades.

Diante de vários sistemas falhos e merecedores de uma reorganização que seja compatível com o desenvolvimento das metrópoles é que se precisa estruturar ainda mais a área de segurança pública, pois é neste enfoque que se encontra um dos graves problemas enfrentados por tal desordem vivida no Brasil.

Mas não só a área de segurança precisa ser melhorada, mas todos os segmentos sociais, educacionais, infra-estrutura, sem deixar de mencionar as questões políticas que se faz tão presente nas manchetes dos jornais, causando espanto, indignação e descrédito.

A lei complementar federal de nº 14, de 08/06/1973 estabeleceu oito metrópoles que são Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e a LCF nº 20, de 01/07/1974, incluiu Rio de Janeiro nesse grupo. (IPEA – Políticas Sociais – acompanhamento e análise – 12/02/2006).

As metrópoles constituem-se em concentrações de riqueza e pobreza que denunciam a reprodução de desigualdades sociais e regionais, em conjunturas políticas diversas, e a dinâmica subalterna do capitalismo brasileiro no cenário internacional (RIBEIRO, 1995, p.1).

O glamour das metrópoles está mais inserido nas imaginações daqueles que procuram dar a este espaço terrestre, uma visão do que seja belo, harmonioso, sem se preocupar com o que causou um crescimento que muitas vezes ou na sua maioria é desordenada. Apenas avistam aquela praia bonita naquela avenida onde se veem postais de grandes lojas ou mesmo de centros comerciais bem estruturados.

Infelizmente, tal visão é encontrada somente entre os turistas do que mesmo por aqueles que frequentam outras metrópoles e procuram conhecer de perto o caos encontrado na maioria das grandes cidades.

Entre esse caos, está o da segurança pública. Problema sério de se resolver já que o mundo todo padece deste “mal” e que por vezes se torna quase que impossível de ser melhorado. Porém o que se espera são iniciativas que possam ajudar não somente aqueles centros urbanos desenvolvidos, mas todo um território nacional.

[...] nas últimas décadas, a partir de uma dramática intensificação da experiência de insegurança pessoal, vem se consolidando uma compreensão muito particular dos problemas da manutenção da ordem pública. Sua característica básica é a ênfase nos inúmeros aspectos que configuram a fragilidade das agências de controle e repressão ao crime. Porém, não se trata de um simples “caso de polícia”, isto é, estritamente ligado às práticas da corporação, nem de um mero problema de eficiência dos aparelhos repressivos, passando a envolver cada vez mais o debate sobre a expansão da cidadania. O foco do debate se amplia, de modo a incorporar de maneira mais direta a relação entre democratização – mais especificamente, garantia universal dos direitos civis – e eficácia policial. (SILVA, 1999, p. 116).

Pensando nesse melhoramento, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aponta alguns fatores que podem ajudar na prevenção da criminalidade e violência não só nas metrópoles, mas em todo um território nacional. São eles: Educação, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Justiça, Polícia, Sociedade Civil, Serviços Sociais e Meios de Comunicação (SENASP/MJ, curso Violência, Criminalidade e Prevenção, 2009, p. 26).

De certa forma, o Estado não está parado nas suas pesquisas, mas o que se precisa em caráter urgente, é que o sistema possa estar mais presente não só se tratando da violência e criminalidade no tocante ao infrator frequente, ou seja, aquele que está sempre causando delitos, mas também em casos que há tempos atrás era um ato isolado, e que passou a fazer parte da rotina dos grandes centros, como a violência no trânsito, nas residências de condomínios fechados e nas escolas.

O Estado é como uma grande casa com muitos aposentos e, todos eles estão sujos. Então se for feito a faxina apenas em um cômodo e deixar os outros sujos, a sujeira daquele aposento limpo vai ser contaminado por aqueles que ficaram sujos. Porque todas as vezes que se abre a porta daquele local limpo, a sujeira dos outros irá entrar e assim sujar novamente o que estava limpo.

53

Então não adianta centralizar as iniciativas apenas em um segmento. É preciso harmonizar cada parte da uma estrutura para poder caminhar em pé de igualdade. O que se constata é o Estado em um total desacordo com a sociedade, porque não existe só o problema da ausência de segurança pública, existe a questão da saúde, habitação, bons percebimentos, educação escolar e educação social, conscientização por parte dos políticos de usar o dinheiro público em prol de todos e não dos interesses pessoais e, acima de tudo saber que tudo aquilo que se colhe seja bom ou ruim, é decorrente daquilo que se planta.

6.1 - Fortaleza, Terra da Luz e sua política de segurança pública.

A capital cearense, a quinta maior capital do país, como um grande centro urbano e turístico, vive também seus momentos de brilho, mas também sofre com a questão da ausência de segurança pública.

Fortaleza é uma das cidades mais frequentadas por turistas de todo o Brasil e por estrangeiros, devido ter um litoral praiano diversificado, traz ainda uma “tranquilidade” que

algumas metrópoles deixaram de ter. Mas também sofre com o descaso ou mesmo a ausência de ações mais enérgicas no trato com a questão da segurança.

Diariamente, as manchetes dos jornais televisivos e escritos, mostram situações cada vez mais frequentes na capital cearense, sejam na periferia, ou na parte nobre da cidade como assaltos, roubos, furtos, homicídios e sequestros relâmpagos.

Dados apontam nas estatísticas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), os bairros considerados mais violentos de Fortaleza são: Bom Jardim, Mondubim, Barra do Ceará, Parque Dois Irmãos, Praia do Futuro, Henrique Jorge e Antônio Bezerra.

O quadro abaixo expressa em números, os homicídios (100 mil / habitantes) nas cidades mais afetadas pela violência no Estado do Ceará, nos anos de 2002 a 2006.

ORDEM NACIONAL LOCAL	MUNICIPIOS	2002	2003	2004	2005	2006	TX MÉDIA / HOMICÍDIOS	MÉDIA DA POPULAÇÃO
218° / 1°	Jaguaretama	6	4	7	7	9	43,8	17,5
285° / 2°	S. J. Jaguaribe	4	5	1	7	2	39,4	8,5
286° / 3°	Barbalha	5	13	25	15	18	39,3	49,2
362° / 4°	Jaguaribara	1	1	1	7	2	35,2	9,5
371° / 5°	Brejo Santo	9	7	13	11	16	34,6	38,5
430° / 6°	Fortaleza	707	666	654	808	847	32,7	2351,0
450° / 7°	Maracanaú	46	47	61	49	71	32,2	187,6
473° / 8°	Juaz do Norte	53	87	79	67	73	31,6	230,7
510° / 9°	Sen Pompeu	10	09	7	10	6	30,6	25,10

Figura 7: Homicídios nas cidades mais afetadas pela violência do Ceará

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

Site: www.sspds.ce.gov.br

54

Os políticos precisam ampliar as suas visões não somente no trato a questões internas apesar de serem muitas, mas também na real necessidade de uma metrópole. Porém, a segurança e nem tampouco outros segmentos irão prestar atenção na cidade de Fortaleza, enquanto os seus direitos não forem respeitados.

Nesse emaranhado de distorções sociais, as grandes empresas sejam elas públicas ou privadas, usam desse meio – segurança privada – para poderem se resguardar do assaltante. Mesmo sendo uma necessidade de todo cidadão, a segurança passou a andar em vias privadas para aqueles que gozam de uma situação financeira melhorada e assim como não encontram nas entidades responsáveis por tal designação que é proteger todo e qualquer cidadão.

Para combater a violência no Brasil é necessário fazer uma reestruturação das polícias militar e civil, investir na inteligência policial, rever a Constituição e a lei criminal, combater a corrupção no legislativo, judiciário e executivo e investir na melhoria da educação para que futuramente se possam diminuir as diferenças sociais. É necessário fazer uma distribuição de renda mais justa para que todos possam ter acesso à educação, saúde e melhorem a qualidade de vida. Em todo o

mundo, países com os menores índices de violência são aqueles em que a população tem uma qualidade de vida elevada e a renda é bem distribuída (SILVA, 2008, p. 13).

Para facilitar a administração desta metrópole, a prefeitura do município resolveu dividir a cidade em regionais, no total de 06 (seis) já que atualmente em Fortaleza existe cerca de 2 milhões 400 mil habitantes.

De grande valia essa ideia, pois dividindo a cidade em regionais, facilita o gerenciamento de uma metrópole, perfazendo um caminho de descentralização, auxiliando no tocante ao desenvolvimento de cada região e também de cada bairro.

Tais políticas, no seu contexto geral, geram um maior controle de divulgação da problemática de cada bairro e, assim, dando um enfoque mais individual para que se possa trabalhar com a comunidade tanto em nível municipal como estadual, principalmente no que se refere à segurança pública.

Com a participação das categorias como as entidades de bairros, associações comunitárias ajudam nos problemas enfrentados no dia a dia e também no orçamento participativo de cada região, reivindicando melhorias nas políticas públicas, a cidade cresce tanto nos grandes centros como nas periferias.

55

Uma ideia que precisa ser aplaudida é a iniciativa da TV Verdes Mares de fazer reportagens chamadas “Meu bairro na TV”, visitando a cada semana os bairros de Fortaleza, mostrando as benfeitorias, os problemas e de como os jovens trabalham para sair da criminalidade e da ociosidade.

Sendo assim, Fortaleza atualmente encontra-se dividida como mostra o quadro abaixo:

REGIONAIS	NR HABITANTES	NR BAIROS	BAIROS
I	360.000	15 Bairros	Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil.
II	325.058	21 Bairros	Aldeota, Bairro de Lourdes, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, Dionísio Torres, Guararapes, Joaquim Távora, Luciano Cavalcante, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tauape, Varjota, Vicente Pinzón.
			Amadeu Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bom Sucesso, Bela Vista, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João

III	378.000	16 Bairros	XXIII, Jóquei Clube, Padre Andrade, Parque Araxá, Pici, Parquelândia, Presidente Kennedy, Rodolfo Teófilo e Quintino Cunha.
IV	30.000	19 Bairros	José Bonifácio, Benfica, Fátima, Jardim América, Damas, Parreão, Bom Futuro, Vila União, Montese, Couto Fernandes, Pan Americano, Demócrito Rocha, Itaoca, Parangaba, Serrinha, Aeroporto, Itaperi, Dendê e Vila Pery
V	570.000	16 Bairros	Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança e Presidente Vargas.
VI	600.000	27 Bairros	abiaguaba, Edson Queiroz, Sapiranga, Alagadiço Novo, Curió, Guajerú, Coaçu, Paupina, Parque Manibura, Cambeba, Messejana, Ancuri, Pedras, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Parque Iracema, Auto da Balança, Aerolândia, Dias Macedo, Castelão, Mata Galinha, Cajaeiras, Barroso, Jangurussu, Passaré, Parque Dois Irmãos e Lagoa Redonda.

Figura 8: Divisão da cidade de Fortaleza/2009.

Fonte: Prefeitura de Fortaleza.

Site: www.fortaleza.ce.gov.br

Vale ressaltar também que nenhuma sociedade se desenvolve sem que haja uma participação maciça de todos aqueles que contribuem exigindo os seus direitos e cumprindo seus deveres, reivindicando melhorias em todos os locais da cidade, porque um bairro depende do outro como o Estado precisa das cidades e o país precisa dos Estados.

56

Fortaleza é uma cidade importante na contextualização nacional entrando para um seleto grupo daquelas que são contribuintes assíduas do desenvolvimento do Brasil. Para tanto, faz-se necessário que os governantes procurem trabalhar mais pensando na sociedade como um todo e não em pequenas minorias.

A cada cidadão, a sua parcela tem que ser reconhecida pelos administradores da cidade de Fortaleza, para que juntos, possa haver um crescimento diário, periódico e constante e não apenas um programa de governo.

6.2 – Messejana, um bairro em constante crescimento

Bairro tradicional na história da cidade de Fortaleza, com uma população estimada em 45 mil habitantes, tendo o comércio local como sustentação das famílias do bairro e como ponto de entrada e saída para a BR 116 e adjacentes.

Seu ilustre morador e conhecido por suas obras literárias, José de Alencar nasceu em 1º de maio de 1829, e suas obras são compostas por romances históricos, citadinos, regionais e indianistas. Também foi jornalista, juriconsultor, teatrólogo, romancista.

Representou o Estado do Ceará na Câmara dos Deputados Federais tendo o seu legado exposto em sua residência no referido bairro até os dias atuais.

Seu falecimento se deu no dia 12 de dezembro de 1877, deixando para trás uma bela história bibliográfica e seus livros são lidos por todos. Sua literatura é lida nas escolas, bibliotecas e livrarias de todo o país. (Coleção Literária Diário do Nordeste, 1998).

Messejana foi criada como “freguesia” no dia 1º de janeiro de 1760 pelo Governo de Pernambuco, com o nome de Vila Nova Real de Messejana da América, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, assim estabelecida pelos primeiros jesuítas que aqui chegaram. Logo depois foi sancionada a Lei 83, pelo então presidente José Martiniano de Alencar, instituindo uma primeira administração composta pelo o Vigário com seu Coadjutor, os dois Padres seculares: Padre Manuel Pegado de Siqueira Cortez e Padre Caetano Ferreira da Silva (www.portalmessejana.com.br).

Deixando de lado a questão histórica Messejana também gerencia outros bairros que lhe são acoplados: Barroso (Bairro Violeta), Conjunto Palmeiras, Parque Santa Maria, Santa Filomena, Sítio São João e Parque Iracema. (dados extraídos da Secretaria Executiva Regional VI).

57

O controle de um bairro em seus aspectos sociais, políticos, educacionais e de segurança pública, está mais atrelado à organização de cada um dentro da administração tanto estadual com municipal. E, como traz para si a questão da saúde porque conta com o Hospital do Coração e o Frotinha, carrega consigo o impasse de viver também sem segurança pública levando o complexo da grande Messejana ser considerado um dos mais violentos do município de Fortaleza.

Segundo a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS), os bairros mais violentos são o Centro, Jangurussu, Messejana, Barra do Ceará e Mondubim, sendo registrados no primeiro semestre de 2007, os seguintes números de ocorrências:

- Centro de Fortaleza: 9.013;
- Jangurussu: 7.513;
- Messejana: 7.363;
- Barra do Ceará: 7.319; e
- Mondubim: 6.103.

(Criminalidade na grande Fortaleza, caderno Polícia, Diário do Nordeste, 3/9/2007 – www.diariodonordeste.globo.com).

Diante de tais dados pode-se analisar o que leva as periferias de grandes cidades ou até mesmo os centros comerciais a ter altos índices de criminalidade e violência. Muitas vezes são os centros comerciais os mais atingidos devido o grande números de pessoas que ali se encontram diariamente, não deixando de lado as periferias por ali se encontrar o maior índice de analfabetismo, ausência de empregos, baixa escolaridade e tantos outros problemas.

Dados recolhidos pela editora de Polícia do Diário do Nordeste por meio dos registros da Coordenadoria de Medicina Legal da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), antigo IML, apontou que de janeiro a junho de 2009, aconteceram 630 homicídios na região metropolitana de Fortaleza, contra 498 nos seis primeiros meses do ano de 2008, sendo que essa estatística aponta que somente em Messejana aconteceram 78 homicídios.

A grande Messejana, como é conhecida, aconteceram 18 (dezoito) crimes no Conjunto Palmeiras, 15 (quinze) no Conjunto São Miguel, 10 (dez) no Jagurussu e outros 5 (cinco) no Conjunto São Cristovão. Outros 30 (trinta) assassinatos nas demais localidades, como Lagoa Redonda, Guajiru, Pedras, Parque Itamarati, Parque Santa Filomena, Parque Santa Maria, Barroso I e Barroso II. (redação do gterra, 06/07/2009. www.gterra.com.br/policia)

58

Motivos são vários para levar um ser humano a cometer delitos que causem o aumento da criminalidade e violência, mas a questão social, econômica, familiar, respeito tanto aos pais como ao próximo, ou seja, as ausências de valores morais e éticos auxiliam no aumento das estatísticas criminais na área da segurança pública.

Pode-se constatar que a motivação por trás do agente responsável por cometer um crime não violento parece estar de fato, mais relacionada a fatores econômicos, enquanto que por trás da prática de um crime violento a motivação parece estar mais relacionada a fatores de interação social. (MENDONÇA, LOUREIRO E SACHSIDA, 2002, p. 636.)

Tanto a violência, como a criminalidade são assuntos que se pode deduzir ou afirmar os vários motivos para cometê-los, mas o que se deixa em destaque é a questão das políticas públicas no trato da diminuição desta estatística que assola tanto o lado nobre como a periferia das grandes cidades.

Atualmente, no que se refere à cidade de Fortaleza, foram implantados alguns projetos por parte do governo estadual como o ronda do quarteirão, reforma das delegacias e a criação de novos presídios, com o intuito de se diminuir esses índices crescentes, porque não é só a criminalidade juvenil e adulta que precisa ser combatida, mas a violência contra a mulher no seu lar, os adolescentes que são usados para sustentar vício de adultos, a má educação no trânsito, o desrespeito à individualidade do próximo e tantos vícios que a sociedade adquire, são consequências graves para o aumento do crime e violência.

Para tanto, faz-se necessário acima de qualquer política pública, transformações radicais e urgentes, porque segundo o IPEA (30/06/2009), foi constatado que além de trabalhar mais, as classes de média e baixa renda são as que mais pagam impostos no Brasil, e como consequência também são as que mais sofrem com a ausência de um governo que realmente se preocupe com o seu bem-estar e traga a tão sonhada paz que todos desejam.

Mas Messejana não precisa ser lembrada somente como um dos bairros mais violentos de Fortaleza, porque traz consigo toda uma história de luta para ser reconhecida como um lugar bom para se morar, passear na sua lagoa e apreciar o pôr-do-sol avistando a estátua de Iracema, e também na sua caminhada matutina. Onde os antigos moradores ainda sentam na pracinha para jogar o seu baralho e até mesmo para ir até a Igreja e orar pelos seus.

59

Porém em nenhum momento se pode deixar de crer que a vida é cheia de altos e baixos, propiciando em cada ser humano o seu destino de acordo com os seus pensamentos, atos e desejos.

Cada bairro com sua vivência, seus costumes de tradições. Porém nunca deixando de valorizar a região onde muitos nasceram e desejam ser enterrados. Porque é na periferia que ainda se vê o vizinho cumprimentar o outro e ajudar quando se faz necessário.

7. CONCLUSÕES

Em um mundo moderno, o qual confirma os ideais liberais, o indivíduo sobressai-se do coletivo. Mas um coletivo desestruturado, castigado e revoltado com tantas denúncias de corrupção, do aumento da violência e da criminalidade, com o descaso com a saúde e educação do país e revoltado por não ter condições emocionais para mudar um quadro tão tristonho de se ver.

A revolta está no fato de se ter uma sociedade economicamente carente e que se deixa ser convencida pela sua necessidade instantânea e não aquela que pode fazer um futuro melhor.

A cultura brasileira está pautada em traços trazidos de um mundo antigo, de um velho mundo, onde se nasceu o conhecimento da pesquisa da origem humana. Essa mesma sociedade precisa, dentro de um contexto mundial, mudar essa visão errada, implantada,

incutida de que é por meio da cor da pele, do quanto se tem em uma conta bancária é que distingue o ser humano dos seus aspectos morais e éticos.

Mas cabe a cada um que vive neste mundo, a consciência de cuidar e zelar para que este quadro seja modificado. A vida precisa respirar o ar da democracia, do sorriso em cada face, da esperança em cada coração de que haverá transformações dignas e significativas no ser humano.

Cada passo dado em torno dessa transformação fará com que os seres humanos, se tornem mais dignos. É necessário saber que a cada vida existente, cada família formada, cada sociedade implantada, o desejo de ser feliz tem que está acima de qualquer discórdia, raiva, desorganização sentimental e estrutural.

A luta pelas modificações tem que aparecer em cada ser, no seu pedido de desculpa, no seu “sinto muito”, no seu perdão, no seu olhar, no seu sorriso, na sua sensatez em saber que a vida chega ao seu final, mesmo que seja amanhã ou agora. Mas acima de tudo, o papel vivido como humano, é estar acima de qualquer preconceito, racismo, ódio, desigualdade. A felicidade não tem preço e nem os caixões dos falecidos tem gavetas para se levar fortunas acumuladas.

São questões de ordem pessoal, acima de qualquer outra que leva o homem a cometer delitos graves e inconsequentes aterrorizando assim todo um país. Mas são aqueles que moram nos morros, nas favelas e nas periferias, as maiores vítimas da crueldade humana, porque além de viverem lado a lado com o crime, estão passíveis de serem mais um no quadro negro da sociedade.

Os governantes precisam implantar políticas públicas eficientes e não apenas com a intenção de serem vencedores em uma disputa política, porque o fazer significa também manter, e esta é o que precisa ser sempre lembrada não só para os futuros políticos que virão, mas por aqueles que têm o poder de administrar um país, um estado, uma cidade, uma regional.

Não há dor maior do que vê uma mãe que ama o seu filho, preso em uma penitenciária porque não ouviu os conselhos que ela tanto falava. E ali ser submetida a tanto sofrimento;

Não há dor maior do que vê uma mãe perdendo o seu filho por bandidos porque estão apenas interessados em roubar um veículo;

Não há dor maior do que vê a esposa de um policial perder o seu esposo porque ele estava perseguindo um bandido leva um tiro e morre, deixando uma vida conjugal e seus filhos na sorte do destino;

Não há dor maior do que vê uma mãe chorando diante do caixão do filho que morreu na perseguição de bandidos;

Não há dor maior do que vê os jovens sendo levados para a bandidagem porque desejam ter um tênis bom e uma roupa de grife;

Não há dor maior do que vê uma jovem morrer devido uma bala perdida deixando uma juventude, um sonho indo embora.

E tantos outros sonhos, desejos, amores, famílias sendo destruídas pelo acaso do destino ou por um coração sem sentimento, sem amor ao próximo, sem esperança.

O presente trabalho, apesar de bastante realista e fundamentado em dados que transmitem uma sensação de extremo pessimismo quanto ao presente e futuro da Segurança Pública no Brasil e especificamente em Fortaleza, é certamente um primeiro passo no caminho de encontrar a solução do problema. Dar visibilidade as contradições e conflitos que envolvem a segurança pública no Brasil é extremamente necessária para a definição de políticas públicas eficientes no setor. Constata-se, portanto, que é preciso ampliar o foco de atuação das políticas de segurança pública que não podem continuar sendo prioritariamente de repressão a criminalidade. É preciso pensar em mecanismos cada vez mais eficientes de prevenção do crime.

62

8. REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos**: Coisa de Polícia. Passo Fundo – RS: CAPEC; Berthier, 2003.

BEATO, Cláudio. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: HENRIQUES, R. (org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo** - um comentário à lei 9.307/96. São Paulo: Malheiros, 1998.

CARVALHO, Glauber da Silva. **Policimento Comunitário**: Origens. São Paulo: POLICIALESP, apostila 1998.

CARVALHO, José Raimundo. **Criminalidade e Tecnologia da Informação**. Cetrede-UFC. Fortaleza, 2007. (apostila dada no curso de pós-graduação em Policiamento Comunitário).

CASTRO, DOMINGOS POUBEL DE e GARCIA, LEICE MARIA. **Contabilidade Pública no Governo Federal**. São Paulo: Atlas, 2004

CHIAVENATO, ADALBERTO. **Administração Geral e Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Cortez. 2002.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia**: O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra editora, 1997.

DOURADO, Luiz Ângelo. **Raízes Neuróticas do Crime**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1996.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão teoria do garantismo penal**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. **Comentários à novíssima reforma do CPC**: Lei 10.444, de 07 de maio de 2002. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FOUCAULT. Michel. **Vigiar e punir** - história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: A escola do mundo ao avesso. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GOELLNER, Silvana. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes et al. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GONDIM, LINDA M. PONTES. Pesquisa na Graduação e na Pós-Graduação em Ciências Sociais. Fortaleza: 2008.

GONDIM, LINDA M. PONTES. **Pesquisa em Ciências Sociais: O Projeto da Dissertação de Mestrado**. UFC Edições. Fortaleza: 1999.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERKENHOFF, João Batista. **Direitos humanos**: a construção universal de uma utopia. São Paulo: Editora Santuário, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESCHECK, Hans Heinrich. **Tratado de Derecho Penal**. Trad. Santiago Mir Puig y Francisco Muñoz Conde. Barcelona: Bosch. 1981.

LA PUENTE, Miguel de. **Tendências contemporâneas em Psicologia da Motivação**. São Paulo: Cortez, 1982.

LEAL, César Barros. **Prisão – Crepúsculo de uma Era**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

LIMA JUNIOR, José Natan Bezerra. **A Arbitragem em Face da Decadência do Poder Judiciário**. Fortaleza: Afiliada, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Criminalidade Violenta**: uma Nova Perspectiva de Análise. Revista Sociologia e Política, n. 13, nov. 1999.

MENDONÇA, M; LOUREIRO, P, SACHSIDA, A. **Interação social e crimes violentos**: uma análise empírica a partir dos dados do Presídio da Papuda - DF. Estudos Econômicos, v. 32, n. 4, out/dez, 2002.

MOREIRA RIOS, Dílson; ARAÚJO, Valmor; ROCHA XAVIER, Carlos Alberto da. **À criminalidade, a violência e o trabalho da Polícia Militar**. Porto Alegre: APM, 1981.

64

MISZTAL, B. A. **Confiar nas sociedades modernas**. Malden: Blackwell, 1998.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo – **Direito Administrativo da Segurança Pública**. Direito Administrativo da Ordem Pública. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Livro O Sertanejo de José de Alencar. *Diário do Nordeste*. Fortaleza: Verdes Mares Ltda., 1998.

OSZLAK, O. & O'DONNELL, G. “Estado e políticas na América Latina: rumo a uma estratégia de investigação.” **Revista de Estudos das Ciências Sociais**. Ano II, nr. 4, Buenos Aires, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias. Tempo Social - **Revista de sociologia**. São Paulo, 9(1): p. 43. 1997.

RIBEIRO, A. C. T. Silva, C. Vieira, H. Reprodução Social e Involução Intra-Metropolitana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MUNDOS URBANO Y RURAL EM AMÉRICA LATINA, Osaka, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, José de Albuquerque. **A Lei de Arbitragem** – Lei 9.307, de 23.09.1996, uma avaliação crítica. São Paulo: Malheiros, 1998.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Oxford, 2006.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) – Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. Brasília, 2007.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Minimanual compacto de história do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2003.

SILVA, Luis Antônio Machado da. **Sociedade e Estado**. Brasília, 2004.

SILVA, Wendell Cardoso da. Revista Eletrônica, Brasiliano&Associados. 34. ed. , janeiro - fevereiro 2008. www.brasiliano.com.br

SZTOMPKA, P. Trust - **Uma Teoria Sociológica, Cambridge**: Cambridge Univ. Press, 1999.

TAVARES, Celma. Sobre o sistema penitenciário. Disponível em: http://www.torturanuncamais.org.br/mtmn/pub/pub_artigos/pub_art_celma10.htm. Acesso em: 10/05/2007.

TEMPO SOCIAL; Rev. Social, USP, São Paulo, 1998.

TROJANOWICZ, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: como começar. Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky, Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro, Editora Parma, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

WARAT, Luis Alberto. **Em nome do acordo**. A mediação no direito. Buenos Aires: Angra Impresiones, 1998.

WELZEL, Hans. **Derecho Penal Alemán**, Parte General. Trad. Juan Busto Ramírez y Serio Yañes Pérez. 11. ed. Santiago: Editorial Jurídica do Chile. 1976.

